



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais
do Concelho de Sabrosa



Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2022 - 2031

Plano de Ação Caderno II

Sabrosa, dezembro 2022

Ficha Técnica do Documento

Título:	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2022-2031 Caderno II – Plano de Ação
Descrição:	Documento que se refere à avaliação e planeamento de ações que suporta a estratégia municipal da DCIR, definindo metas, indicadores, responsáveis e estimativa orçamental, de acordo com os eixos estratégicos do PNGIFR.
Data de produção:	29 de novembro de 2021
Data da última Atualização:	07 de dezembro de 2022 07 de junho de 2023 23 de maio 2024
Versão:	Versão 03
Desenvolvimento e Produção:	Câmara Municipal de Sabrosa
Coordenador de Projeto:	Fátima Alexandra Canelas Lucas Mestrado em Engenharia Florestal, Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável da Floresta, Técnico Superior de Proteção Civil.
Equipa técnica:	Lia Caçador Ferreira Licenciatura em Ecologia Aplicada, Pós Graduação em Engenharia Florestal, Técnico superior de Sistemas de Informação Geográfica. Bruno António Sousa Gomes Mestrando em Engenharia Florestal. Bernardo José Mendes Espinho Licenciatura em Engenharia Florestal,
Equipa do Município:	Gabinete Técnico Florestal e Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Sabrosa
Estado do documento	Versão para obtenção de parecer do ICNF.
Nome do ficheiro digital:	CADERNO_II_SABROSA_1710



Índice

Ficha Técnica do Documento.....	2
Índice de Figuras	6
Índice de Gráficos	6
Índice de Quadros.....	6
Índice de Tabelas.....	6
Índice de Anexos CII	7
Acrónimos:.....	10
1. Enquadramento do Plano, no Âmbito do Sistema de Gestão Territoriale no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais	12
1.2. Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.....	14
1.3. Enquadramento Nacional para as Florestas	15
2. Modelos de Combustíveis	17
2.1. Combustíveis Florestais	17
2.2. Mapa de Combustíveis Florestais	20
3. Cartografia de Risco.....	23
3.1. Fontes de informação.....	23
3.1.1. Carta de Uso e Ocupação do Solo:.....	23
3.1.2. Planta de Ordenamento da Câmara Municipal de Sabrosa:	23
3.1.3. Base Cartográfica da Câmara Municipal de Sabrosa:	23
3.1.4. Áreas ardidas:	23
3.1.5. Metodologia para a Elaboração de Cartografia de Risco Perigosidade.....	23
3.2. Risco de Incêndio.....	24
3.3. Mapa de Perigo de Incêndio Florestal.....	25
3.4. Mapa de Risco de Incêndio.....	26
3.5. Mapa de Prioridades de Defesa.....	27
3.5.1. Aglomerados Populacionais;.....	27
3.5.2. Áreas Industriais;	27
3.5.3. Zonas de Proteção Especial da RN2000 (ZPE);	27
4 Objetivos e Metas do PMDFCI	29
4.1. Objetivos e metas	29

4.2.	Identificação da Tipologia do Concelho	30
5	Eixos estratégicos	31
5.1.	1º Eixo Estratégico - Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais	32
5.1.1.	Redes de Faixas de Gestão de Combustível (RFGC), Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível (MGGC), Rede Viária Florestal(RVF), Rede de Pontos de Água (RPA) e Rede de Vigilância (PV e LEE).....	35
5.1.2.	Rede Viária Florestal	38
5.1.3.	Rede de Pontos de Água.....	42
5.1.4.	Rede de Vigilância (PV e LEE).....	45
5.1.5.	Silvicultura Preventiva no Âmbito da DFCl	45
5.1.6.	Estimativas de Orçamento e Responsáveis - Eixo Estratégico I	47
5.1.7.	Regras para novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas	50
5.2.	2º Eixo Estratégico - Reduzir a Incidência dos Incêndios	51
5.2.1.	Sensibilização da População	52
5.2.2.	Comportamento de Risco	54
5.2.3.	Fiscalização.....	57
5.2.4.	Metas e indicadores anuais, referente ao 2.º Eixo Estratégico, para o período de vigência do PMDFCl (2022-2031)Sensibilização).....	60
5.2.5.	Metas e indicadores anuais, referente ao 2.º Eixo Estratégico, para o período de vigência do PMDFCl (2022-2030)Fiscalização).....	62
5.2.6.	Estimativa de Orçamento e Responsáveis – (Sensibilização)	64
5.3.	3.º Eixo Estratégico - Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão de Incêndios.....	66
5.3.1.	Avaliação.....	68
5.3.2.	Vigilância e Detecção	68
5.3.3.	Sectores Territoriais e LEE	71
5.3.4.	Primeira Intervenção.....	72
5.3.5.	Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio.....	73
5.3.6	Orçamento e entidades responsáveis.....	76
5.4.	4º Eixo Estratégico- Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas	77
5.4.1.	Planeamento das ações referentes ao 4º eixo estratégico	82

5.5.	5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz	83
5.5.1.	Programa de Formação	84
5.5.2.	Cronograma de reuniões da CMGIFR	87
6.	Data de aprovação do POM e Estabelecimento de Vigência do PMDFCI	89
	Bibliografia	90
	Anexo CII	91



Índice de Figuras

Figura 1 - Combustíveis Florestais	20
Figura 2 - Risco de Incêndio.....	23
Figura 3 - Prioridade de defesa – Sabrosa.....	26
Figura 4 - Rede Viária Florestal do concelho de Sabrosa	39
Figura 5 - Zona Prioritária de dissuasão e fiscalização no concelho de Sabrosa ..	58
Figura 6 - Mapa Estabilização e emergência	78
Figura 7 - Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	80

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Modelos de Combustível	21
Gráfico 2 - Tempo de chegada para a 1ª Intervenção	72

Índice de Quadros

Quadro 1 - Caderno II - Plano de Ação	12
Quadro 2 – Instrumentos.....	13
Quadro 3 - Índice entre o número de incêndios rurais e equipas de vigilância, nas fases de perigo.....	69
Quadro 4 - Índice entre o número de incêndios rurais e equipas e número de elementos de 1.ª intervenção nos níveis de empenhamento operacional	70

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Linhas Estratégicas assumidas pela ENF	15
Tabela 2 - Descrição dos Modelos de Combustível	18
Tabela 3 - Objetivos e metas para o Concelho de Sabrosa	27
Tabela 4 - Rede de Faixas de Gestão de Combustível	34
Tabela 5 - Rede de Faixas de Gestão de Combustível com e sem necessidade de intervenção (2022-2031)	37
Tabela 6 - Descrição da Rede Viária.....	40
Tabela 7 - Rede viária florestal – metas e indicadores.....	41
Tabela 8 - Rede de Pontos de Água por freguesia.....	43
Tabela 9 - Rede de Pontos de Água Metas e Indicadores e Orçamento.....	44

Tabela 10 - Metas e indicadores do 1.º Eixo Estratégico	46
Tabela 11 - Custo da Intervenção em Faixas de Gestão de Combustível.....	47
Tabela 12 - Custo da Intervenção em Faixas de Gestão de Combustível.....	49
Tabela 13 - Orientações constantes no PNGIFR	51
Tabela 14 - Identificação do Comportamento de Risco.....	55
Tabela 15 - Planeamento das ações de sensibilização (2022-2031)	56
Tabela 16 - Fiscalização e Responsabilidades	59
Tabela 17 - Metas e indicadores anuais para a fiscalização	63
Tabela 18 - Estimativa de orçamento e responsáveis - Sensibilização).....	64
Tabela 19 - Orçamento e responsáveis, referente ao 2.º Eixo Estratégico, para o período de vigência do PMDFCI (2021-2030) (fiscalização)	65
Tabela 20 - Entidades envolvidas na Vigilância e Detecção	69
Tabela 21 - Fonte: SGIF.....	73
Tabela 22 - Metas e Indicadores Eixo III	75
Tabela 23 - Estimativas de Orçamento e Responsáveis - Vigilância e deteção, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio	76
Tabela 24 - Orientações constantes no pngifr.....	77
Tabela 25 - Procedimentos para a Estabilização de Emergência	79
Tabela 26 - Reabilitação de Povoamentos e Habitats.....	81
Tabela 27 - Orçamento e Responsabilidades	82
Tabela 28 - Metas e indicadores	82
Tabela 29 - Orientações constantes no PNGIFR	83
Tabela 30 - Identificação das necessidades de formação	85
Tabela 31 - Identificação das necessidades de formação	86
Tabela 32 - Estimativa e orçamento para a formação	86
Tabela 33 - Cronograma de reuniões da CMGIFR.....	88

Índice de Anexos CII

CII 1 - Prioridade de defesa.....	92
CII 2 - Risco de incêndio	93
CII 3 - Perigo de Incêndio.....	94
CII 4 - Faixa de Gestão de Combustível.....	95
CII 5 - Plano de ação 2022 - FGC, RVF, RPA.....	96
CII 6 - Plano de ação 2023 - FGC, RVF, RPA.....	97



CII 7 - Plano de ação 2024 - FGC, RVF, RPA.....	98
---	----

CII 8 - Plano de ação 2025 - FGC, RVF, RPA.....	99
CII 9 - Plano de ação 2026 - FGC, RVF, RPA.....	100
CII 10 - Plano de ação 2027 - FGC, RVF, RPA.....	101
CII 11 - Plano de ação 2028 - FGC, RVF, RPA.....	102
CII 12 - Plano de ação 2029 - FGC, RVF, RPA.....	103
CII 13 - Plano de ação 2030 - FGC, RVF, RPA.....	104
CII 14 - Plano de ação 2031 - FGC, RVF, RPA.....	105
CII 15 - Rede viária florestal	106
CII 16 - Pontos de água.....	107
CII 17 - Mapa Intervisibilidade de Pontos de Vigia e LEE	108
CII 18 - Lee - Sabrosa	109
CII 19 - Tempo de chegada 1ª intervenção	110
CII 20 - Intervisibilidade Posto de Vigia e LPP	111

**Acrónimos:**

AFN	Autoridade Florestal Nacional
CNR	Conselho Nacional de Reflorestação
CMGIFR	Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais
COS 2018	Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2018
CRIR	Cartografia de Risco de Incêndio Rural
DFCI	Defesa da Floresta contra Incêndios
DGT	Direção Geral do Território
ENF	Estratégia Nacional para as Florestas
FGC	Faixas de Gestão de Combustíveis
FIC	Faixas de Interrupção de Combustíveis
FRC	Faixa de Redução de Combustíveis
GNR	Guarda Nacional Republicana
GTF	Gabinete Técnico Florestal
IBA	Área Importante para Aves e Biodiversidade
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
LEE	Locais Estratégicos de Estacionamento
MFGC	Mosaico de Faixas de Gestão de Combustíveis
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
	Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PDM	Plano Diretor Municipal
PEIF	Plano Especial de Intervenção Florestal
PFC	Plano de Fogo Controlado
PGRH	Plano de Gestão de Região Hidrográfica
PGF	Plano de Gestão Florestal

PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMEPC	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil
PNGIFR	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POM	Plano Operacional Municipal
PPI	Pontos Prováveis de Ignição
PROF	Programa Regional de Ordenamento Florestal
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PSRN	Plano Sectorial da Rede Natura
PV	Posto de Vigia
RFGC	Rede de faixas de Gestão de Combustíveis
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RPA	Rede de Pontos de Água
RVF	Rede Viária Florestal
SGIFR	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
SIC	Sítio de Importância Comunitária
SGIF	Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
UF	União de Freguesias
ZCA	Zonas de Caça Associativa
Z	Zonas de Caça Municipal
ZCT	Zonas de Caça Turística
ZEC	Zonas Especiais de Conservação
ZIF	Zona de Intervenção Florestal
ZPE	Zonas de Proteção Especial

1. Enquadramento do Plano, no Âmbito do Sistema de Gestão Territoriale no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

A floresta constitui um recurso natural com um importante valor sob o ponto de vista económico-social. A sua preservação deverá ser encarada em termos estratégicos, como de primordial importância, num quadro de equilíbrio biológico, na preservação da qualidade do ar e da biodiversidade e na manutenção do equilíbrio dos solos e das culturas, trazendo, deste modo, um valor acrescentado para a vida das populações.

No período de 2000 a 2020, a área ardida em Portugal constituiu um quadro muito preocupante na vertente ecológica, económica e ambiental.

O concelho de Sabrosa não se apresenta, como exceção no panorama das estatísticas dos incêndios em Portugal.

Assim, o sistema de gestão territorial, de acordo com o disposto na Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na redação conferida pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto, encontra-se organizado num quadro de interação coordenada que se reconduz aos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal, em função da natureza e da incidência territorial dos interesses públicos prosseguidos.

Os programas territoriais de âmbito nacional definem o quadro estratégico para o ordenamento do espaço nacional, definindo as diretrizes a considerar a nível regional e a compatibilização das políticas públicas setoriais do Estado, bem como, na medida do necessário, a salvaguarda de valores e recursos de reconhecido interesse nacional.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do concelho de Sabrosa encontra-se enquadrado ao nível do sistema de gestão territorial e do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, seguindo as diretrizes enumeradas pelos diversos instrumentos de planeamento dos diferentes âmbitos de atuação, conforme se pode verificar no esquema que se segue.

Caderno II - Plano de Ação

- Enquadramento do plano no âmbito do Sistema de Gestão Territorial e no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
- Análise do risco e da vulnerabilidade aos incêndios;
- Objetivos e metas municipais de DFCI;
- **1.º Eixo Estratégico** — Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais (itens abordados: Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível; Rede Viária Florestal; Rede de Pontos de Água; Silvicultura no âmbito da DFCI);
- **2.º Eixo Estratégico** — Redução da incidência dos incêndios (itens abordados: comportamentos de risco e sensibilização da população; fiscalização);
- **3.º Eixo Estratégico** — Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios (itens abordados: vigilância e deteção; 1.ª intervenção; combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio);
- **4.º Eixo Estratégico** — Recuperar e reabilitar os ecossistemas (itens abordados: ações de estabilização de emergência e reabilitação pós-incêndio; planeamento da recuperação de áreas ardidas);
- **5.º Eixo Estratégico** — Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz (itens abordados: identificação das competências das entidades; planificação das reuniões da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais)

Quadro 1 - Caderno II - Plano de Ação

1.2. Enquadramento do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

O sistema de gestão territorial, de acordo com o disposto na Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na redação conferida pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto, encontra-se organizado num quadro de interação coordenada que se reconduz aos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal, em função da natureza e da incidência territorial dos interesses públicos prosseguidos.

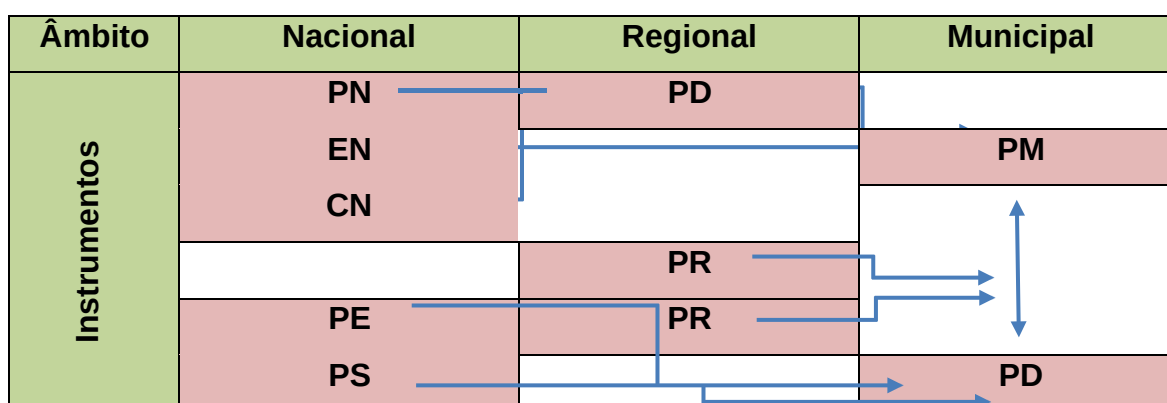
Os programas territoriais de âmbito nacional definem o quadro estratégico para o ordenamento do espaço nacional, definindo as diretrizes a considerar a nível regional e a compatibilização das políticas públicas setoriais do Estado, bem como, na medida do necessário, a salvaguarda de valores e recursos de reconhecido interesse nacional.

Os programas regionais constituem o quadro de referência estratégico para a elaboração dos programas intermunicipais e dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal.

Os planos territoriais de âmbito municipal estabelecem, de acordo com as diretrizes estratégicas de âmbito regional, e com opções próprias de desenvolvimento estratégico local, o regime de uso do solo e a respetiva execução.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) encontra-se enquadrado ao nível do sistema de gestão territorial e do Sistema de Gestão

Integrada de Fogos Rurais, seguindo as diretrizes enumeradas pelos diversos instrumentos de planeamento dos diferentes âmbitos de atuação, conforme se pode verificar na imagem que se segue.



Quadro 2 – Instrumentos

1.3. Enquadramento Nacional para as Florestas

A Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de outubro, tendo sido atualizada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro.

Encontram-se listadas as linhas de orientação estratégica assumidas pela ENF que pretendem “a curto prazo, diminuir os riscos e a médio prazo, melhorar a competitividade (qualidade e eficiência) do setor em áreas e domínios específicos que contribuam para garantir a sua sustentabilidade e para aumentar o seu valor económico total.” (Anexo à R n.º 6-B/2015).

Linhas estratégicas	Ações
Minimização de riscos de incêndios e agentes bióticos	Defesa da floresta contra incêndios; Proteção contra agentes bióticos nocivos; Recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afetados
Especialização do território	Planear a abordagem regional; Conservar o solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação; Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade; Promover a proteção das áreas costeiras; conservar o regime hídrico; Adequar as espécies às características da estação; Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas; Promover a resiliência da floresta.
Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos	Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos; Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais
Internacionalização e aumento do valor dos produtos	Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados; Reforçar a orientação para o mercado;

	Reforçar a integração horizontal e vertical das fileiras; Modernizar e capacitar as empresas florestais.
Melhoria geral da eficiência e Competitividade do setor	Recolher e processar informação do setor de forma sistemática; Promover o inventário da propriedade florestal; Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor; Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais; Desenvolver a inovação e a investigação florestal, nomeadamente através da criação de Centros de Competência para cada uma das principais fileiras florestais; Qualificar os agentes do setor; Fomentar a cooperação internacional.
Racionalização e simplificação dos instrumentos de política	Garantir a existência de mecanismos de coordenação no plano político e nas instâncias técnicas; Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal; Racionalizar e simplificar o quadro legislativo; Conferir enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal.

Tabela 1 - Linhas Estratégicas assumidas pela ENF

Fonte: Anexo da R n.º 114/2006

2. Modelos de Combustíveis

2.1. Combustíveis Florestais

A Carta dos Combustíveis Florestais é uma importante ferramenta de apoio ao planeamento, prevenção e combate aos incêndios florestais. A elaboração desta carta, assenta na comparação das diferentes comunidades vegetais para executar a caracterização da inflamabilidade, da combustibilidade e da carga de combustível, que são as características que mais influenciam a propagação do fogo.

A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação seguem a classificação criada pelo Northern Forest Laboratory, com a descrição de cada modelo, à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental, desenvolvida por Fernandes, P.M.

Assim, a codificação atribuída à ocupação do solo existente no concelho de Sabrosa e respetiva descrição e aplicação, na tabela 2, da descrição dos combustíveis.

Grupo	Modelo	Descrição	Aplicação
Herbáceo	1º.	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.	Montado. Pastagens anuais ou perenes. Restolhos.
	2º.	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e	Matrizes mato/herbáceas Resultantes de fogo frequente (e.g. giestal). Formações lenhosas diversas (e.g. pinhais, zimbrais, montado).

		ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio	Plantações florestais em fase de instalação e nascido
Arbustivo	4.º	Matos ou árvores jovens muito densas, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.	Qualquer formação que inclua um estrato arbustivo e contínuo (horizontal e verticalmente), especialmente com % elevadas de combustível morto: carrascal, tojal, urzal, esteval, acacial. Formações arbóreas jovens e densas (fase de novédio) e não caducifólias.
	5.º	Mato denso, mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada	Qualquer formação arbustiva jovem ou com pouco combustível morto. Sub-bosque florestal dominado por silvas, fetos ou outra vegetação sub-lenhosa verde. Eucaliptal (> 4 anos de idade) com sub-bosque arbustivo baixo e disperso, cobrindo entre 1/3 e 1/2 da

			superfície
	9.º	Bosque denso de coníferas ou folhosas, com o solo coberto por uma camada pouco compacta e "arejada" de folhada de maiores dimensões (Ex: Pinus pinaster Quercus sp. e Castanea sativa) Os fogos são mais rápidos e com chamas maiores do que no modelo 8	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do Pinus pinaster, ou por folhas grandes e frisadas como as do Quercus pyrenaica, Castanea sativa, entre outras. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8

Tabela 2 - Descrição dos Modelos de Combustível



2.2. Mapa de Combustíveis Florestais

A área florestal do concelho foi determinada por foto interpretação (fotografia aérea), preconizando atualizar a informação existente, a Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS,2018), a partir do site <http://mapas.igeo.pt/>.

De acordo com a carta de combustíveis florestais, neste do concelho, a freguesia de Torre do Pinhão, São Lourenço de Ribapinhão, São martinho de Antas e Paradela de Guiães, Provesende e Gouvinhas, apresentam maiores áreas com combustíveis florestais.

De acordo com a metodologia NFFL, o modelo de combustível florestal, que possui maior expressão no concelho de Sabrosa, correspondem ao Modelo 9.

O Modelo 9 é caracterizado por ser composto por folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas. Os fogos são mais rápidos.

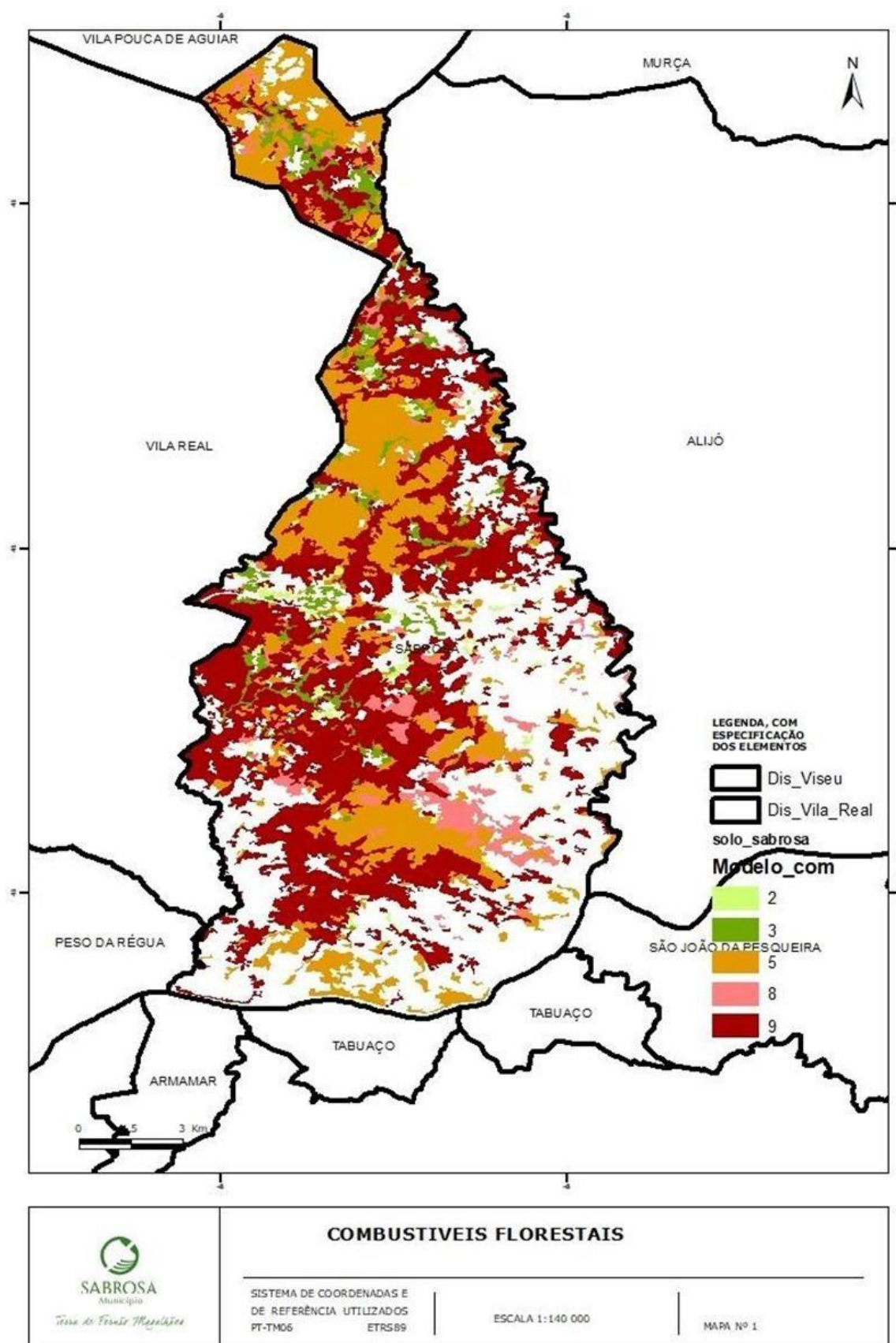


Figura 1 - Combustíveis Florestais

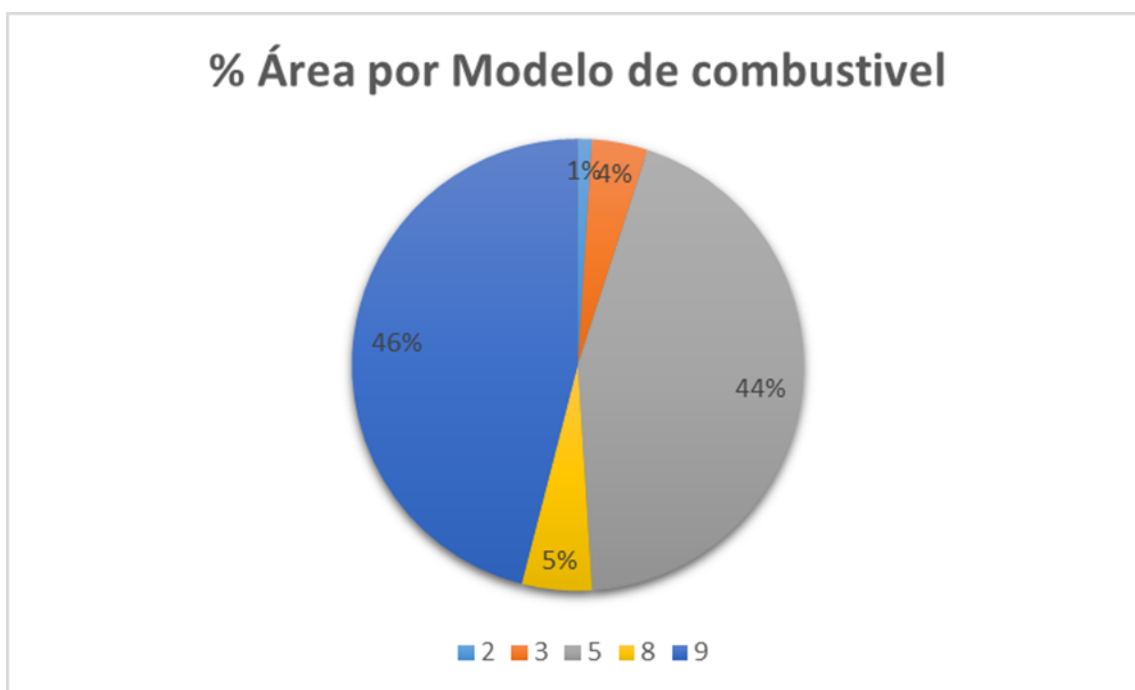


Gráfico 1 - Modelos de Combustível

Fazendo uma análise quanto à distribuição espacial dos modelos de combustíveis florestais, no concelho de Sabrosa (Gráfico 1), verifica-se que o modelo com maior representatividade é o Modelo 9 e o 5, está presente em todas as freguesias do concelho, no entanto é nas freguesias de Torre do Pinhão, São Lourenço de Ribapinhão, São Martinho de Antas e Paradela de Guiães e Gouvinhas, que a sua expressão é maior.

3. Cartografia de Risco

A Cartografia de Risco de Incêndio Rural (CRIR) aqui apresentada compreende dois mapas: o Mapa de Perigosidade de Incêndio Rural e o Mapa de Risco de Incêndio Rural. A CRIR do Município de Sabrosa foi desenvolvida com base na metodologia expressa no Guia Técnico para elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, publicado em abril de 2012.

3.1. Fontes de informação

As fontes de informação utilizadas para a elaboração da CRIR foram as seguintes:

3.1.1. Carta de Uso e Ocupação do Solo:

Carta de Uso e Ocupação do Solo para Portugal Continental para o ano de 2018 (COS'2018), nível 4, produzida pela Direção-Geral do Território.

3.1.2. Planta de Ordenamento da Câmara Municipal de Sabrosa:

Informação à escala 1:10.000, data de dezembro de 2021.

3.1.3. Base Cartográfica da Câmara Municipal de Sabrosa:

As curvas de nível (equidistância de cinco metros) e os pontos cotados permitiram a elaboração do modelo digital do terreno, o qual deu origem à carta de declives.

3.1.4. Áreas ardidas:

à data da elaboração da presente cartografia (27/12/2021), a entidade da tutela (ICNF) disponibilizava informação, em formato vetorial, para o período de 1990 a 2020.

3.1.5. Metodologia para a Elaboração de Cartografia de Risco Perigosidade

O mapa de perigosidade resulta da junção dos mapas de probabilidades e do mapa de suscetibilidade. O mapa de probabilidades traduz a verosimilhança de ocorrência de um fenómeno num determinado local em determinadas condições.

A probabilidade é determinada pela reincidência de incêndios rurais num determinado local, para o seu cálculo foram consideradas as áreas de 1991 a 2021.

A suscetibilidade expressa as condições que um território apresenta para a ocorrência e potencial de um fenómeno danoso. Para o cálculo deste mapa utilizaram-se as cartas de declive e ocupação do solo do concelho.

3.2. Risco de Incêndio

A “vulnerabilidade expressa o grau de perda a que um determinado elemento em risco está sujeito. Elemento em risco é uma designação genérica para populações, bens, atividades económicas, etc., expostos à perigosidade e, deste modo, em risco (admitindo que tenham valor). A vulnerabilidade desses elementos designa a sua capacidade de resistência ao fenómeno e de recuperação após o mesmo” (ICNF, 2012).

O Valor Económico, é o valor de mercado em euros (ou na divisa aplicável ao local) dos elementos em risco. Permite quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento, em função da sua vulnerabilidade, após destruição ou perda de performance por exposição a um fenómeno danoso (ICNF, 2012).

Assim, o Mapa de Perigosidade de Incêndio Rural, resulta da combinação da probabilidade com a suscetibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno e o Mapa de Risco de Incêndio Rural, resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade, com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor), para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno.

A figura que se segue, retirada do no Guia Técnico para elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, publicado em abril de 2012, demonstra de forma sintetizada a metodologia usada.

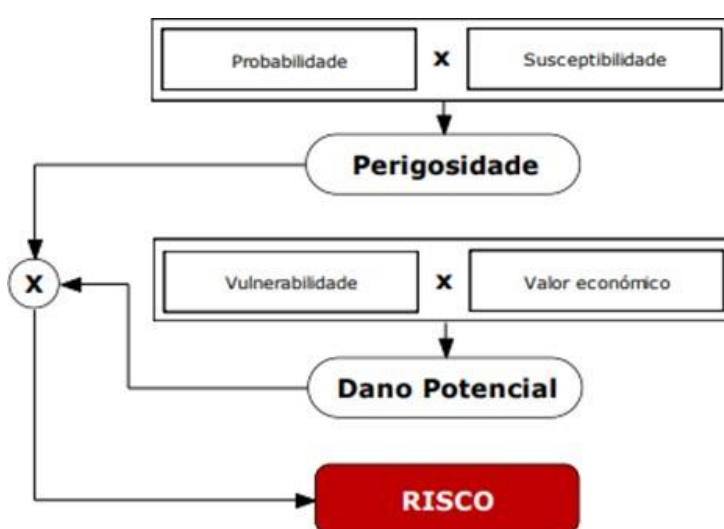


Figura 2 - Risco de Incêndio

3.3. Mapa de Perigo de Incêndio Florestal

Todos os anos dezenas de incêndios consomem vastas áreas florestais, com especial incidência nos concelhos do Norte Interior do país. Uma das formas de prevenir estes fogos, ou de atenuar os seus efeitos, passa pela criação de um Índice de Perigo de Incêndio ajustado às características ecológicas e topográficas desta região (Aranha, 2001).

O mapa de perigosidade resulta da junção dos mapas de probabilidades e do mapa de suscetibilidade. O mapa de probabilidades traduz a verosimilhança de ocorrência de um fenómeno num determinado local em determinadas condições.

O mapa de suscetibilidade expressa as condições que um território apresenta para a ocorrência e potencial de um fenómeno danoso. Para o cálculo deste mapa utilizaram-se as cartas de declive e ocupação do solo do concelho. Conforme se pode analisar na respetiva legenda da carta do Anexo CII – Nº2, a perigosidade foi repartida por cinco classes – Muito Baixa, Baixa, Média, Alta e Muito Alta. Verifica-se que a freguesia de Provesende, Gouvinhas, Covas do Douro, Paços e Torre do Pinhão, possuem risco muito elevado.

3.4. Mapa de Risco de Incêndio

O Mapa nº 3 o risco de incêndio rural para o concelho de Sabrosa, segundo as classes “Muito Baixa”, “Baixa”, “Média”, “Alta” e “Muito Alta”. Através da sua análise, verifica-se que existe uma relativa homogeneidade na distribuição estatística, sendo que a classe com maior representatividade corresponde à classe de risco “Muito Baixo”, presente em 22,0% do território em análise

O Mapa de Risco resulta de junção do mapa de perigosidade e do mapa de dano potencial, resultando este último da multiplicação da vulnerabilidade e do valor económico de determinado pixel.

O Mapa de Risco traduz a probabilidade de ocorrência de um incêndio florestal num local específico, sob determinadas circunstâncias, sendo as suas consequências caracterizadas pelos impactes nos objetos afetados, passíveis de poderem ser previamente estimadas.

Apresenta-se, esquematicamente, a carta de risco no Anexo CII- Nº3, onde o 4º quadrante do concelho apresenta risco de incêndio muito elevado, ocupando as freguesias de Provesende, Covas do Douro, Celeirós, Vilarinho de São Romão e Sabrosa.



3.5. Mapa de Prioridades de Defesa

O mapa de prioridades de defesa, tem como finalidade a identificação clara dos elementos que interessam proteger no concelho de Sabrosa, no âmbito da Defesa Contra Incêndios Rurais, bem como a representação das manchas de risco de incêndio rural alto e muito alto.

No concelho de Sabrosa encontram-se definidos como prioridades de defesa os elementos seguintes:

- 3.5.1. Aglomerados Populacionais;**
- 3.5.2. Áreas Industriais;**
- 3.5.3. Zonas de Proteção Especial da RN2000 (ZPE);**

De acordo com a figura nº3, verifica-se que temos um polígono industrial na freguesia de Paços, Rede Natura na Freguesia de Torre do Pinhão e o interface Urbano-Florestal é mais acentuado no centro do concelho.

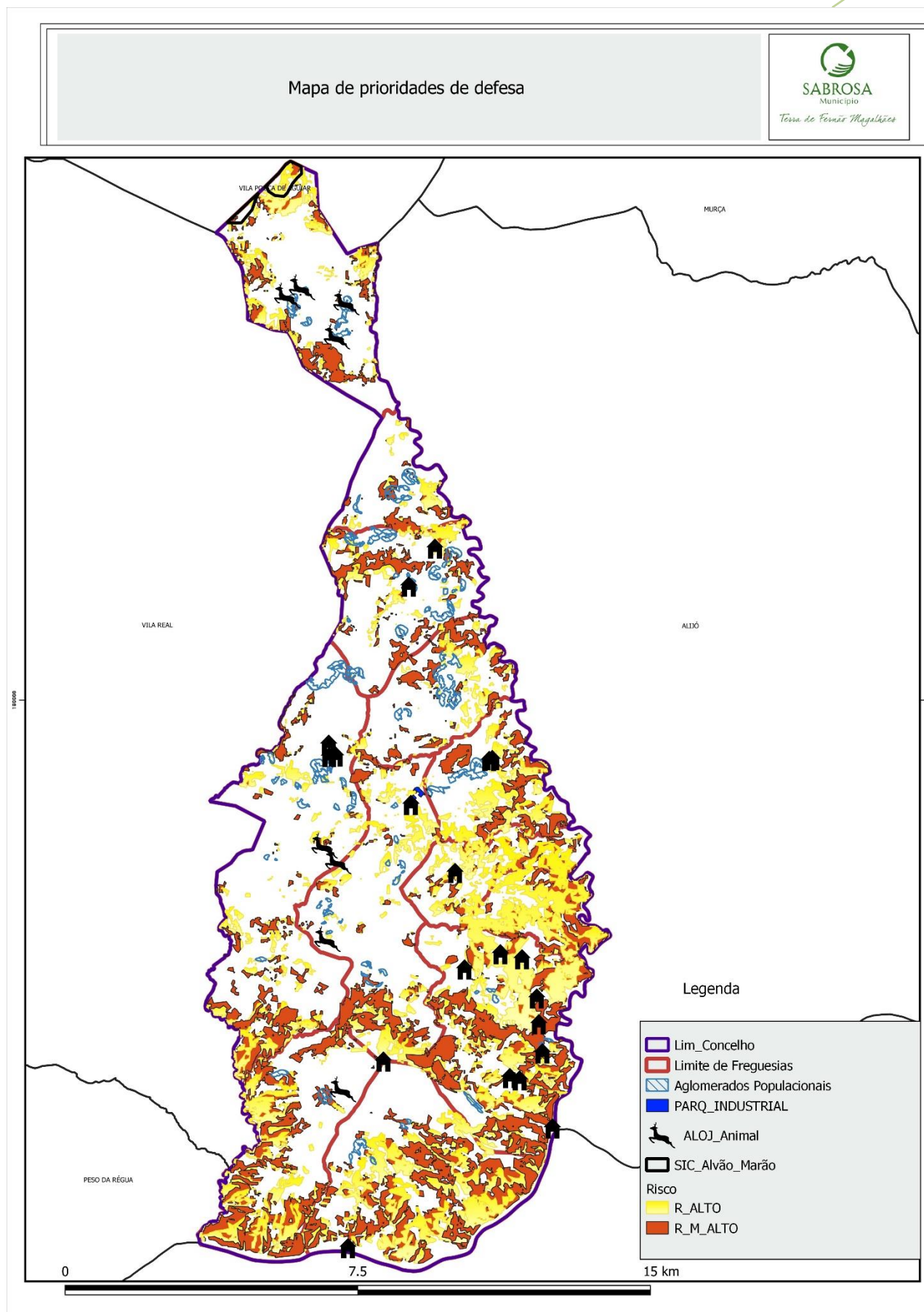


Figura 3 - Prioridade de defesa – Sabrosa

4 Objetivos e Metas do PMDFCI

4.1. Objetivos e metas

A definição de objetivos, de prioridades e de intervenções, foi orientada para responder de forma adequada às características do concelho de Sabrosa, nomeadamente no que diz respeito às duas variáveis estruturantes, número de ocorrências e área ardida.

Objetivo	Metas	
	2022-2026	2027-2031
Diminuição significativa do número de incêndios com áreas superiores a 1 hectare;	Em 50%	Em 90%
Diminuição de incêndios com áreas superiores a 50 hectares;	Em 50%	Em 90%
Redução do número de reacendimentos para menos de 1% das ocorrências totais.	Para menos de 10%	Para menos de 1%
Ausência de incêndios ativos com duração superior a 12 horas;	Em 50%	Em 100%
Redução do tempo de intervenção, garantindo uma primeira intervenção rápida e eficaz;	Máximo 20 minutos	Máximo de 15 minutos
Linhas de atuação específicas:		
Identificar e resolver problemas de gestão Silvo pastoril;	Identificar 70% Dos Pastores Do concelho.	Identificar 100% dos pastores do concelho.
Implementar um Programa De Redução de Combustíveis;	Identificação de zonas estratégicas de gestão de Combustível.	Promover junto das entidades a Execução da rede Secundária conforme planeado.
Educar e sensibilizar a população	Sensibilização de pastores agricultores e proprietários florestais.	

Tabela 3 - Objetivos e metas para o Concelho de Sabrosa

O êxito dos objetivos e metas propostos está diretamente relacionado com o alcance de aplicação que este PMDFCI consiga ter, e mais concretamente, com o grau de sucesso obtido nas atividades preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no PNGIFR. De realçar neste âmbito, que a concretização das ações preconizadas neste Plano só será possível através da integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta.



4.2. Identificação da Tipologia do Concelho

A tipologia dos concelhos referente à incidência dos incêndios rurais resulta da análise do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) ao número de ocorrências e área ardida. Neste sentido, os concelhos do território de Portugal Continental foram divididos em quatro tipos:

- Poucas ocorrências e Pouca área ardida (T1)
- Poucas ocorrências e Muita área ardida (T2)
- Muitas ocorrências e Pouca área ardida (T3)
- Muitas ocorrências e Muita área ardida (T4)

Assim, o concelho de Sabrosa enquadra-se na Tipologia T4, que corresponde a uma realidade histórica de muitas ocorrências e muita área ardida.

Esta classificação alerta desde logo, para a necessidade de um esforço acrescido na redução da área ardida e número de ocorrências.

5 Eixos estratégicos

Com a incorporação e compatibilização deste Plano com os instrumentos de planeamento florestal de nível superior, designadamente o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), os Planos Regionais e Municipais de Ordenamento Florestal (PROF e PMOF) e os Planos Diretores Municipais (PDM), é possível, assim, definir os objetivos estratégicos deste Plano para os próximos anos, pretendendo-se desenvolver todas as ações que assentam na Política Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, incluindo a previsão e programação integrada das ações das diferentes entidades envolvidas, como o preconizado do Art.º 35 do Decreto-Lei 82/2021 de 13 de Outubro, na sua atual redação.

Os objetivos deste Plano enquadram-se nos cinco eixos de atuação assentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, assim o PMDFCI deve centrar-se nos seguintes eixos estratégicos:

- 1- **Eixo Estratégico:** Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2- **Eixo Estratégico:** Redução da incidência dos incêndios;
- 3- **Eixo Estratégico:** Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4- **Eixo Estratégico:** Recuperação e reabilitação de ecossistemas;
- 5- **Eixo Estratégico:** Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

5.1. 1º Eixo Estratégico - Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

Neste eixo estratégico, é de extrema importância a aplicação dos sistemas de gestão de combustível, os quais estão intimamente ligados ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destine a potenciar a sua utilidade social.

A Silvicultura preventiva é um conjunto de ações articuladas ao nível dos espaços florestais que, partindo do conhecimento dos fenómenos de ignição e propagação do fogo, visam evitar a sua ocorrência e diminuir as suas consequências (Viegas, 2002).

Assim, o 1º Eixo Estratégico vem dar cumprimento ao disposto no artigo 49º do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de Outubro, na sua atual redação, irá centrar-se, primeiramente, na definição e na caracterização de uma rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), para, posteriormente, se definir propostas que tenham como finalidade, a melhoria da rede DFCI existente no concelho. Este conceito de Rede de DFCI baseia-se no anterior conceito de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), conforme expresso na Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro.

Posto isto, os principais componentes de uma rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios são:

- Rede de Faixas de Gestão de Combustível (RFGC);
- Rede de Pontos de Água (RPA);
- Rede Viária Florestal (RVF).

Objetivos Estratégicos:

- Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas;
- Proteger áreas de interface urbano-florestal;

Objetivos Operacionais:

- Promover ações de silvicultura preventiva;
- Definir prioridades de planeamento;



- Implementação do programa de redução de combustíveis;
- Implementar o programa de redução de combustíveis;
- Criar e manter infraestruturas (RVF e PA).

Ações:

- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, dando prioridade às áreas com maior vulnerabilidade, protegendo as áreas de interface urbano-florestal;
- Criar e manter redes de gestão de combustível em parques e polígonos industriais, intervindo prioritariamente em locais de maior vulnerabilidade;
- Incorporar a Rede Primária definida pelo ICNF no PMDFCI;
- Criar e manter redes de infraestruturas nomeadamente, rede viária florestal e rede de pontos de água.

A Implementação da Rede de Faixas de Gestão de Combustível (RFGC) é uma das principais medidas que visam o aumento da resiliência do território. O abandono da atividade agrícola e consequente aumento da carga de combustível disponível, contribui, consequentemente, para uma fácil e rápida ignição e progressão dos incêndios. Posto isto, julga-se que a execução/manutenção destas faixas contribui diretamente para a diminuição da carga combustível disponível no território, o que pode auxiliar na redução do número de ocorrências e da área ardida.

Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Este ponto terá como principal objetivo realizar um levantamento das infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios presentes na área do concelho.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de Outubro, na atual redação, a rede de defesa da floresta contra incêndios, consiste numa malha de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) que asseguram três funções:

- I) Diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate na frente de fogo ou nos seus



flancos;

II) Redução dos efeitos da passagem de grandes incêndios protegendo, de forma passiva, vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;

III) Isolamentos de focos potenciais de ignição de incêndios, como sejam as faixas paralelas às linhas elétricas ou à rede viária, as faixas envolventes aos parques de recreio, entre outros.

A rede de FGC pode ser estratificada em três níveis, consoante a (s) sua (s) funcionalidade (s) e responsabilidade de manutenção:

Rede primária, de nível sub-regional, delimitando compartimentos com determinada dimensão, desenhada primordialmente para cumprir a função 1, mas desempenhando igualmente as restantes;

Rede secundária, de nível municipal, estabelecida para as funções 2 e 3;

Rede terciária, de nível local e apoiada nas redes viária, elétrica e divisional das explorações agroflorestais, desempenhando essencialmente a função 3.

Estas faixas encontram-se divididas em dois tipos:

- Faixas de Interrupção de Combustível (FIC): onde se procede à remoção total da vegetação.
- Faixas de Redução de Combustível (FRC): em que se procede à remoção (normalmente parcial) do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo), à supressão da parte inferior das copas e à abertura dos povoamentos;

O planeamento da rede de FGC visa a criação de áreas tampão, como por exemplo as áreas associadas às linhas de cumeada e à rede viária, com o objetivo de prevenir a propagação do fogo e/ou evitar grandes incêndios.

5.1.1. Redes de Faixas de Gestão de Combustível (RFGC), Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível (MGGC), Rede Viária Florestal(RVF), Rede de Pontos de Água (RPA) e Rede de Vigilância (PV e LEE)

As redes de faixas de gestão de combustíveis que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias, têm um importante papel na prevenção de incêndios florestais, pois reduzem o risco de incêndio, dificultam a propagação dos incêndios e facilitam o seu combate.

O Decreto – Lei nº 82/2021 de 13 de outubro, na sua atual redação, define as regras de funcionamento assim como a entidade responsável pela gestão das faixas.

Rede Primária	
Objetivos	Diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo; Redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial; Isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.
Local de atuação	Espaço Rural
Rede Secundária	
Objetivos	Redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial; Isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.
Local de Atuação	Nas redes viárias e ferroviárias públicas; Nas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica; Nas envolventes aos aglomerados populacionais e a todas as edificações, aos parques de campismo, às

	Infraestruturas e parques de lazer e de recreio, aos parques e polígonos industriais e aos aterros sanitários.
Obrigatoriedade	Na rede viária, é obrigatório providenciar a limpeza de uma faixa lateral do terreno confinante, numa largura não inferior a 10 metros. Estas faixas de gestão de combustível serão da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal (N322-1 e N322-2, Rede Nacional) e das Estradas Municipais (Rede Municipal). Nas linhas de transporte de energia elétrica, rede de muito alta e alta tensão, assegurar a limpeza de uma faixa de largura, não inferior a 10 metros, sendo da responsabilidade da EDP e REN. Nos aglomerados populacionais, confinantes com áreas florestais, é obrigatória a limpeza de uma faixa de proteção com largura mínima, não inferior a 100 metros, competindo a limpeza à entidade que detenha a administração dos terrenos.
Rede Terciária	
Objetivos	Isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.
Local de atuação	Rede viária, elétrica e divisional.

Tabela 4 - Rede de Faixas de Gestão de Combustível

Desenhou-se e estruturou-se um conjunto de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) / Mosaicos apoiados nas linhas exteriores aos aglomerados populacionais, polígonos industriais, Rede Viária e Rede Elétrica Nacional (REN).

Embora existam teorias que sustentam que as FGC/Mosaicos são uma técnica indispensável para a proteção da Floresta Contra Incêndios, também é necessário que estes conceitos sejam confrontados com a sua capacidade de reter as chamas em condições meteorológicas extremas (vivas, com frequência, todos os anos). Estas descontinuidades das FGC mostram-se, na maioria dos casos, insuficientes para cortar as chamas, mas podem proporcionar uma janela de oportunidades para o combate.

Os polígonos de aglomerados populacionais, em qualquer ambiente, deverão estar protegidos com a aplicação rigorosa do conceito de limpeza da



legislação em vigor. O concelho de Sabrosa é detentor de elevados perímetros de interface urbano-florestal, conforme se verifica na carta do anexo CII-Nº3, prioridades de defesa.

Urge tomar uma decisão concretizável, num quadro de dificuldades financeiras e á luz das condições climáticas, orográficas e da ocupação do solo.

Os meios de execução disponíveis para a concretização das propostas de planeamento são os ligados às empresas responsáveis pela efetiva execução dos trabalhos (REN, EDP, IP e particulares), meios ligados à autarquia e aos Sapadores Florestais.

O objetivo destas linhas é interromper uma possível propagação do fogo. Estas FGC estão contempladas na tabela nº 5, bem como as cartas anexas CII- de 5 a 15, onde estão explicitadas as áreas a intervencionar por ano.

A definição das FGRS, teve por base os critérios técnicos ligados a funções atribuídas pelo decreto-lei 82/2021 de 13 de outubro na sua atual redação, nomeadamente a proteção de forma passiva de vias de comunicação e infraestruturas e equipamentos sociais zonas edificadas e povoamentos florestais e o isolamento de potenciais focos de ignição. As intervenções de gestão de combustível nas redes secundárias, impedem a expansão de eventuais incêndios e reduzem o impacto do fogo.

A marcação das referidas faixas em que teve como base critérios técnico e de prioridade aliados com base na análise custo benefício face aos orçamentos para investimento na manutenção destas faixas. A priorização dos Aglomerados Populacionais teve por base o contexto em que o aglomerado se encontra inserido, nomeadamente pela proximidade a manchas florestais contínuas, e o declive do terreno onde se insere o mesmo. Deste modo, para além do cumprimento dos requisitos legais, as faixas propostas contribuem para a criação de descontinuidades de combustíveis importantes para a eventual gestão de ocorrências de incêndios e na defesa de pessoas e bens.

Relativamente às faixas associadas à Rede Viária Florestal, estas encontram-se associadas às vias da rede fundamental (1.^a e 2.^a ordem), Estradas Nacionais

(EN2, EN103, EN103-5, EN213 e EN311), Estradas Municipais e Caminhos Municipais. Quanto às FGC de proteção às linhas de transporte de energia elétrica de Muito Alta Tensão, foi considerada na íntegra, a informação remetida pela REN, enquanto nas FGC de proteção às linhas de distribuição de energia elétrica de Média e Alta Tensão, foi considerada na íntegra, a informação remetida pela E-REDES.

Quanto à faixa dos 100m associada à Faixa de código 3 foi feita a sua delimitação em torno do Parques de merendas e Zona industrial de Sabrosa.

Quanto às FGC de proteção às linhas de transporte de energia elétrica de Muito Alta Tensão, foi considerada na íntegra (desenho e programação), a informação remetida pela REN, enquanto nas FGC de proteção às linhas de distribuição de energia elétrica de Média Tensão, foi considerada na íntegra (desenho e programação), a informação remetida pela E-REDES.

No que diz respeito à Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível, foi considerada na íntegra, a proposta de desenho, do traçado aprovado em CDDF. sendo que esta deverá ser avaliada e adaptada aquando da execução da mesma no terreno. Teve-se ainda em conta a segurança de pessoas e bens e isolamento de potenciais focos de ignições, protegendo assim, localizações específicas do impacto do fogo.



CÓDIGO	DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO NA REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (HA)													
	DESCRIÇÃO DAFGC/MPGC	TOTAL PMDFCI			2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
		ÁREA TOTAL	COM INTERVENÇÃO	SEM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO
2	Agglomerados Populacionais	308,84	308,84	-	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84
3	Parques e polígonos industriais	33,58	33,58	0,00	28,23	5,35	28,23	0,00	33,58	0,00	33,58	0,00	28,53	5,35
4	Rede Viária Florestal	159,67	159,67	0,00	0,00	159,67	64,59	21,71	159,67	0,00	159,67	64,59	0,00	159,67
5	Rede Ferroviária	18,27	18,27	0,00	18,27	18,27	0,00	0,00	18,27	18,27	18,27	0,00	0,00	18,27
7	Linhas de transporte de energia elétrica em Média Tensão	8,02	8,02	0,00	0,00	8,02	0,00	0,00	8,02	0,00	8,02	0,00	0,00	8,02
8	Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível	359,37	359,37	0,00	160,61	0,00	117,75	359,37	0,00	117,75	359,37	0,00	117,75	360,15
10	Linhas de distribuição de energia elétrica em Muito Alta Tensão	66,45	66,45	0,00	0,00	66,45	0,00	0,00	66,45	0,00	66,45	0,00	0,00	66,45
11	Mosaicos de parcelas de Gestão de combustível	267,31	267,31	0,00	0,00	267,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ÁREA TOTAL		1221,51	1221,51	0	515,95	833,91	519,41	689,92	594,83	444,86	954,2	373,43	455,12	926,75

Tabela 5 - Rede de Faixas de Gestão de Combustível com e sem necessidade de intervenção (2022-2031)



5.1.2. Rede Viária Florestal

A Rede Viária Florestal (RVF) pode ser definida como o conjunto de estradas e caminhos que possibilitam a circulação no espaço rural. Deste modo, “uma boa densidade de caminhos florestais apenas é eficaz se as acessibilidades se encontrarem em bom estado de conservação que permita a circulação de veículos, quer para as atividades de exploração e gestão florestal, quer para a circulação de veículo para o combate a incêndios florestais” (Florestar, 2007).

Os critérios de seleção das vias a beneficiar teve por base o cruzamento da RVF com a carta de perigosidade (vias que intersejam as áreas de perigosidade alta e muito alta), a (in) operacionalidade das vias que permitem o acesso. A RVF desempenha as seguintes funções de acordo o artigo 3.º, do Despacho n.º 5712/2014, de 30 de abril:

- Garantir o acesso aos espaços florestais para a execução das atividades de silvicultura preventiva e de infraestruturização;
- Garantir o acesso e a interligação das restantes infraestruturas da rede DCIR;
- Compartimentar os espaços florestais;
- Permitir as ações de vigilância, deteção e fiscalização;
- Facilitar o acesso e melhorar a eficiência das ações de supressão no ataque inicial e no ataque ampliado;
- Contribuir para a segurança dos intervenientes nas ações de supressão;
- Permitir a evacuação em caso de incêndio das pessoas que residem, trabalham ou visitam os espaços florestais.

O processo de classificação obrigou a percorrer parte da rede viária do concelho e a preencher uma ficha de campo com as características de cada troço homogéneo. A rede viária assim classificada, foi introduzida no Sistema de Informação Geográfica (SIG) e no modelo cartográfico e analítico.

Foi assim preparado um elemento cartográfico, (anexo CII- nº16) onde se visualiza a carta da caracterização da rede viária de Sabrosa.

No entanto, foi possível verificar algumas carências na Rede Viária Florestal (RVF). Muitos dos caminhos existentes necessitam de manutenção para facilitar a passagem dos veículos de combate a incêndios, bem como outros que carecem de

operações de silvicultura para a criação de FGC. Através do quadro seguinte verifica-se que o Município de Sabrosa possui uma extensa rede viária florestal. Da análise, verificamos que o concelho é percorrido por uma rede de estradas (Nacionais e Municipais) e de caminhos Municipais e Florestais, que totalizam 772 km de extensão.

A rede Viária de 3ª ordem (complementar) (de largura inferior a 4 m) é a mais representada no Concelho totalizando 552 km.

Verifica-se ainda, que os espaços florestais de maiores dimensões se encontram bem servidos de rede viária que compartimenta esses espaços de forma adequada.

A Rede Viária Florestal do concelho de Sabrosa encontra-se espacialmente representada no Mapa nº15.

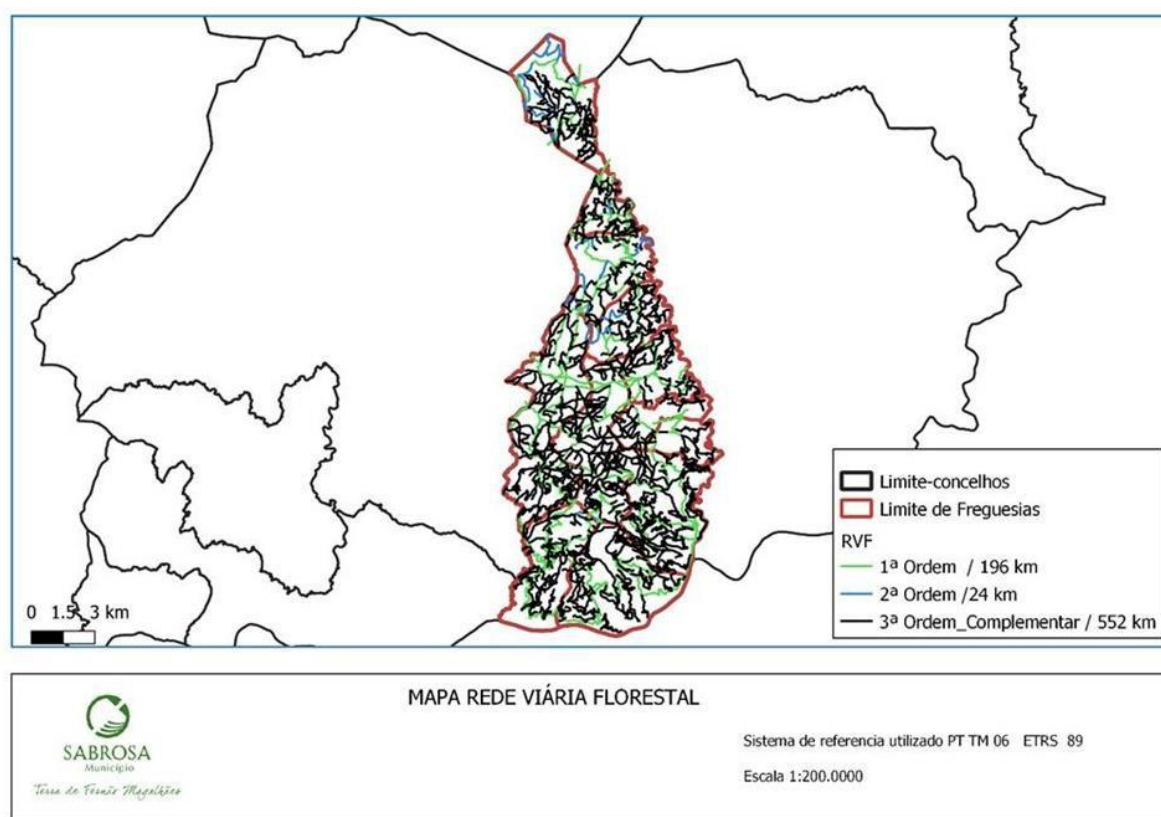


Figura 4 - Rede Viária Florestal do concelho de Sabrosa



Código da Descrição da RVF	Descrição da Rede Viária	Comprimento (km)
1ª Ordem	Estradas pavimentadas com largura ≥ 6 m, com inclinações longitudinais máximas entre 8 a 10% e inclinações transversais máximas de 5% e com uma zona de inversão de marcha por cada 1000 metros de extensão	196
2ª Ordem	Estradas pavimentadas com $4 \text{ m} \leq \text{largura} < 6$ m, com inclinações longitudinais máximas entre 8 a 10% e inclinações transversais máximas de 5% e com uma zona de inversão de marcha por cada 1000 metros de extensão	24
Complementar	Vias com largura < 4 m onde inclinações mais acentuadas que 10% são possíveis bem como vias sem saída desse que sinalizadas.	554
	Total de RVF (1ª+2ª+Complementar)	774

Tabela 6 - Descrição da Rede Viária

**RVE de 1.ª ordem a interencionar**

Freguesia	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
UF São Martinho de Antas e Paradela de Guiães	0	3,86	0	0	0	0	0	0	0	0
Covas do Douro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UF Provesende, Gouvães do Douro e São Cristóvão do Douro	0	0		0	0	0	0	0	0	0
Paços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gouvinhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Torre do Pinhão	0	0	3,47	0	0	0	0	0	0	0
São Lourenço de Ribapinhão	0	5,29	0	0,51	0	0	0	0	0	0
	0									
Souto Maior		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sabrosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vilarinho de São Romão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parada de Pinhão	0	0	0	1,59	0	0	0	0	0	0
Celeirós do Douro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 7 - Rede viária florestal – metas e indicadores



5.1.3. Rede de Pontos de Água

Os pontos de água, como infraestrutura de combate, terão que estar absolutamente operacionais. Consideraram-se os locais onde, com o máximo de rapidez, possa ser feito o abastecimento e recarga dos meios aéreos e/ou meios terrestres.

Assim sendo, e de acordo com a alínea c) do artigo 2.º do Anexo I, do Despacho n.º 5711/2014, de 30 de abril, define pontos de água como “quaisquer massas de água estrategicamente localizadas e permanentemente disponíveis para utilização por meios terrestres e meios aéreos, nas atividades de DFCI, através de bombas, queda gravítica ou submersão, subdividindo-se em estruturas de armazenamento de água, planos de água e tomadas de água”.

Os pontos de água são estruturas imprescindíveis no apoio ao combate a incêndios florestais desempenhando funções que ultrapassam o mero reabastecimento dos equipamentos de combate.

Na tabela 9, encontram-se identificados os pontos de água que serão beneficiados e aqueles que serão construídos durante o período de vigência do PMDFCI de Sabrosa.

Os tipos de ponto de água cartografados são os seguintes:

- 1 Piscina; 3 tanques de rega; 1 albufeira de barragem; 1 charca; 4 planos de água de rios; 1 rede privada.

Existe mais 1 PA, no Ribeiro da Ponte da Corva (S. Martinho de Anta), não cadastrado pelo CNIG, mas onde o município efetua ações de manutenção regularmente.

Importa recordar que, durante o período de vigência do PMDFCI (2022-2031), encontra-se prevista a construção de mais 1 ponto de água no concelho de Sabrosa, nomeadamente, na freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, nomeadamente na localidade de Paredes.

A identificação no terreno permitiu que fossem implantados sobre ortofotomapas, todos os Pontos de Água operacionais, conforme anexo CII-Nº16



NOME	COD_INE	ID_PA	COD_SINAL	TIP_PA
Carujos	171014	5515	SBR.RI.T2.003	222
Lugar do Calvário P Pinhão	171005	5512	SBR.OT.T2.014	115
Piscinas Municipais	171009	5523	SBR.PI.M1.017	113
Ponte da Ribeira (Rio Pinhão)	171009	5549	SBR.RI.M1.018	222
Ponte Rio Pinhão	171016	3238	SBR.RI.M1.019	222
Quinta Nova	171002	5533	SBR.RX.M1.023	320
Represa de Roalde	171011	5520	SBR.CH.M1.026	214
Rio Douro (Estação de Ferro)	171002	5532	SBR.RI.M1.028	222
Rio Pinhão	171014	5514	SBR.RI.T2.029	222
S. Martinho de Antas	171011	5518	SBR.TQ.M1.030	114
Vale dos Gatos (Comp. Mineira)	171011	5511	SBR.TQ.M1.035	114
Saudel (Companhia Mineira)	171011	5510	SBR.TQ.M1.036	114
Barragem Carrujos	171014	5509	SBR.AB.M1.038	211

Tabela 8 - Rede de Pontos de Água por freguesia



Tipologia	Entidade responsável	Freguesia	Tipo de Intervenção	Ano a Intervencionar									
				2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Tanque	Município	São Martinho de Anta e Paradelas de Guiães	Beneficiação	1500€		7056€							
Tanque	Município	São loureço de Ribapinhão (Saudel)	Beneficiação				2500€				500€		
Charca	Município	São Martinho de Anta e Paradelas de Guiães (Roalde)	Beneficiação					1000€					1000€
Charca	Município	Roalde	Construção		44000€								

Tabela 9 - Rede de Pontos de Água Metas e Indicadores e Orçamento



5.1.4. Rede de Vigilância (PV e LEE)

Este ponto será abordado no 3º Eixo Estratégico.

5.1.5. Silvicultura Preventiva no Âmbito da DFCI

Segundo Halfenhoff, 2006, a silvicultura preventiva consiste numa modificação da estrutura do material combustível, para atender aos objetivos de proteção contra incêndios, associando esta proteção ao melhoramento da produção e à qualidade do ambiente.

O objetivo é modificar a estrutura da massa florestal, para dificultar a propagação do fogo através da sua diversificação, da quebra da continuidade dos combustíveis no seu perímetro, ao longo de estradas, linhas de água, assim como conservar ou favorecer a alternância das espécies, com a finalidade de quebrar a propagação do fogo.

Existe pouca dinâmica por parte dos Conselhos Diretivos dos Baldios na plantação de espécies para quebrar descontinuidade.

Objetivo:

- Sensibilizar a População para a Silvicultura Preventiva

Objetivo Operacional:

- Reduzir / modificar os combustíveis de superfície de transição
- Distanciar a base da copa do solo
- Fomentar a introdução de Folhosas

Responsável pela Execução	Meta/unidade	Ação	Indicadores mensuráveis (ano)									
			2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Privados	Implementação da RFGC (ha)	Aglomerados Populacionais/Edificados	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84	308,84
Município		Paques e polígonos industriais	28,23	5,35	28,23	0,00	33,58	0,00	33,58	0,00	28,53	5,35
Município		Rede Viária Florestal	0,00	159,67	64,59	21,71	159,67	0,00	159,67	64,59	0,00	159,67
Infraestruturas de Portugal		Rede Ferroviária	18,27	18,27	0,00	0,00	18,27	18,27	18,27	0,00	0,00	18,27
REN		Linhas de transporte de energia elétrica em Muito Alta	-	66,45	-	-	66,45	-	66,45	-	-	66,45
A definir/ICNF		Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível	160,61	0,00	117,75	359,37	0,00	117,75	359,37	0,00	117,75	360,15
				3			3		3			3
EDP		Linhas de distribuição de energia elétrica em MT	0,00	8,02	0,00	0,00	8,02	0,00	8,02	0,00	0,00	8,02
A definir/Outros		Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível	0,00	267,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Município	Intervenção na RPA (n.º)	Beneficiação de Pontos de Água	1	-	1	1	1	-	-	1	-	1
		Construção de Pontos de Água	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	RVF (km)	RVF de 1.ª ordem - manutenção	-	9,15	3,47	2,10	-	-	-	-	-	-
		RVF de 2.ª ordem - manutenção	-									
		RVF de 3.ª ordem - manutenção	-									

Tabela 10 - Metas e indicadores do 1.º Eixo Estratégico

5.1.6. Estimativas de Orçamento e Responsáveis - Eixo Estratégico I

Interessa agora quantificar o custo de todas estas operações de modo a planear a gestão futura. No próximo quadro vamos encontrar as metas e indicadores para o 1º eixo estratégico – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período 2022 a 2031.

Assumindo despesas padrão, fornecidas pela Comissão de Avaliação de Operações Florestais (CAOF), é possível elaborar um orçamento para a execução das Ações.

Responsável pela execução		Ação	Meios de execução	Meios de financiamento	Orçamento (ano)									
					2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Privados	RFGC	Aglomerados Populacionais	Proprietários, Empresas e prestação de serviços e sapadores florestais	Proprietárias candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PDR etc.	325826,20	325826,20	325826,20	325826,20	325826,20	325826,20	325826,20	325826,20	325826,20	325826,20
Município		Parques e polígonos industriais	Entidade Gestora, Município, Juntas de Freguesia, empresade prestação de Serviços e sapadores florestais	Entidade Gestora Município, Junta de Freguesia, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PDR etc.	29782,65	5644,25	29782,65	-	35426,90	-	35426,90	-	29782,65	5644,25

Tabela 11 - Custo da Intervenção em Faixas de Gestão de Combustível

Responsável pela execução	Ação	Meios de execução	Meios de financiamento	Orçamento (ano)									
				2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Município	Rede Viária Florestal	Município, Juntas de Freguesia, empresas de Prestação de serviços e sapadores florestais	Município, Juntas de Freguesia, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PDR, etc.	0	0	68142,45	22904,05	168451,85	0	168451,85	6842,45	0	168451,85
Infraestruturas de Portugal	Rede Ferroviária	Infraestruturas de Portugal e empresas de prestação de serviços	Infraestruturas de Portugal	19274,85	19274,85	0	0	19274,85	19274,850	19274,85	0	0	19274,85
REN	Linhas de transporte de energia elétrica em Muito Alta Tensão	REN e empresas de prestação de serviços	REN	0	70104,75	0	0	70104,75	0	70104,75	0	0	70104,75
A definir/ ICNF	Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível	ICNF, Município, Juntas de Freguesia, Associações de Baldios, empresas de prestação de serviços e sapadores florestais	ICNF, Município, Juntas de Freguesia, Associações de Baldios, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PDR, etc.	169443,55	0	124226,25	379135,35	0	124226,25	379135,35	0	124226,25	379135,35
EDP	Linhas de distribuição de energia elétrica em Média Tensão	E-Redes e empresas de prestação de serviços	E-Redes	0	8461,10	0	0	8461,10	0	8461,10	0	0	8461,10



A definir/ outros	Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível	Município, Juntas de Freguesia, Associações de Baldios, empresas de prestação de serviços e sapadores florestais	Município, Juntas de Freguesia, Associações de Baldios, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PRODER, etc.		282012,05								
Município	Construção de Pontos de Água	Município, Juntas de Freguesia, empresas de prestação de serviços e sapadores florestais	Município Junta de Freguesia, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PDR, etc.		44000,00								
Município	Beneficiação de Pontos de Água	Município, Juntas de Freguesia, empresas de prestação de serviços e sapadores florestais	Município Junta de Freguesia, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PDR, etc.	1500	0,00	7056,00	2500,00	1000,00	0,00	0,00	500,00	0,00	1000,00
Município	Rede de 1. ^a ordem -manutenção	Município, Juntas de Freguesia, empresas de prestação de serviços e sapadores florestais	Município Junta de Freguesia, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PRODER, etc.		18.000,00	7.000,00	5.000,00						
	Rede de 2. ^a ordem -manutenção												
	Rede de 3. ^a ordem -manutenção												

Tabela 12 - Custo da Intervenção em Faixas de Gestão de Combustível

5.1.7. Regras para novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, a 1 de janeiro de 2022 o condicionamento da edificação é estabelecido nos seus artigos 60º e 61º.

Critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível

De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua atual redação “ Até à publicação do regulamento previsto no n.º 3 do artigo anterior, mantém-se em vigor os critérios para a gestão de combustível no âmbito da rede secundária de gestão de combustível, constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação”, pelo que aquando da publicação do referido regulamento, devem ser considerados os critérios publicados no mesmo. Município de Sabrosa.

5.2. 2º Eixo Estratégico - Reduzir a Incidência dos Incêndios

O elevado número de ocorrências e de área ardida nos últimos anos, particularmente nos anos de 2010 e 2021, demonstram a necessidade de uma intervenção cuidada tendo como objetivo anular a possibilidade de se iniciar um incêndio. A prevenção deve ser entendida como um conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio.

Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais, no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, minimizando comportamentos de risco (ICNF, 2012).

Para definir as metas das ações que consubstanciam o eixo estratégico – “reduzir a incidência dos incêndios”, deve-se ter em conta a informação base relativa à caracterização da população e a análise do histórico e casualidade dos incêndios (Caderno I). Deste modo, torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais, no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, minimizando comportamentos de risco (ICNF, 2012).

	Orientações constantes no PNGIFR
Objetivos estratégicos	Sensibilização e educação das populações; Melhoria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações
Objetivos operacionais	Sensibilização da população; Sensibilização e educação escolar; Fiscalização
Ações	Desenvolvimento de programas de sensibilização ao nível local, dirigidos a grupos alvo em função dos comportamentos de risco identificados na fase de avaliação Desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar; Definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a suscetibilidade à ignição.

Tabela 13 - Orientações constantes no PNGIFR

5.2.1. Sensibilização da População

Os incêndios são um dos maiores causadores da destruição destes ecossistemas e conduzem, a longo prazo, à desertificação através do aumento da exposição do solo.

A prevenção está relacionada com a informação, formação e educação de cada um, dado que, grande parte dos fogos florestais é devida a negligência. Torna-se assim importante, alertar, informar e consciencializar as pessoas para os perigos que representam, em determinada altura do ano, algumas das práticas aliadas ao uso do fogo.

O estudo dos comportamentos de risco foi determinante para delinear propostas de sensibilização sobre a prevenção dos incêndios rurais.

Faz parte da política deste município dar continuidade a estas ações, melhora-las e incrementar o seu número através de novas iniciativas.

As ações de sensibilização estão apoiadas nos comportamentos da população do município, de forma a adequar as melhores formas de comunicação e transmissão de mensagens, ou seja, conhecer, com pormenor, a população do Concelho, quais os seus hábitos, quais os comportamentos de risco, onde e quando são levados a cabo tais comportamentos, são fatores importantes para desenvolver quaisquer ações de sensibilização.

Objetivos:

- Sensibilização e educação das populações;
- Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações;
- Fiscalização.

Forma de Atuação

- Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais definidos pelas motivações e casualidade regional;
- Desenvolvimento de programas de sensibilização escolar (incrementar a sensibilização para a cidadania, salientar a necessidade de preservação do património)
- Definir áreas críticas e prioridades de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas e motivações de incêndio, o valor dos espaços

florestais, o risco de ignição, as freguesias de risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior perigosidade.

5.2.2. Comportamento de Risco

Com base nos incêndios ocorridos entre o ano de 2010 e 2020 no concelho de Sabrosa, foram identificados os principais comportamentos de risco presentes no concelho.

Verifica-se que as queimas e queimadas, são um fator de risco no concelho de Sabrosa. Os incêndios de primavera são praticamente, na totalidade originados pelas queimas e queimadas, sobretudo pela queima de sobrantes agrícolas, renovação de pastagens ou mesmo para proceder a limpeza do terreno.



Grupo-Alvo	Comportamentos de risco			
	O que?	Como?	Onde (freguesia/local)?	Quando?
Agricultores	Uso incorreto do fogo, Limpezas, Uso incorreto do fogo	Queimas de sobranes agrícolas Eliminação da vegetação c/ recurso ao uso do fogo	Todas as freguesias,	novembro a março
Empresas de Prestação de serviços agrícolas e florestais	Uso incorreto do fogo	Queimas de sobranes agrícolas e florestais.	Envio de Documentação	abril
Proprietários de habitações em zona de interface Urbano-Florestal	Uso incorreto do fogo	Queima de sobranes agrícolas, jardinagem e de incultos. Queima de sobranes florestais p/ permitir apassagem nos caminhos de acesso	Todas as Freguesias	junho a setembro
Empreitadas de obras na interface Urbano-Florestal	Uso de maquinaria inflamável Acumulação de material inflamável;	No desenvolvimento da sua atividade sem equipamentos de primeira intervenção	Envio de Documentação.	junho a setembro

Tabela 14 - Identificação do Comportamento de Risco

Perante este cenário, é fundamental atuar ao nível da modificação de comportamentos de risco, por forma a diminuir o número de ignições e aumentar a resistência do território à passagem do fogo. Para tal, deverão ser desenvolvidas ações de sensibilização e de informação particularmente vocacionadas para os grupos-alvo com os comportamentos de risco mais frequentes no concelho de Sabrosa, para além da importância das ações junto da população escolar.



Problemas diagnosticados	Grupo Alvo	Ações de sensibilização	Objetivos específicos do eixo	Planeamento (DATA E LOCAL)									
				2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
				novembro a março	novembro a março	novembro a março	Novembro a março	novembro a março	novembro a março	novembro a março	novembro a março	novembro a março	novembro a março
Uso incorreto do fogo	Agricultores	Divulgação das normas legais na realização de QUEIMAS QUEIMADAS DE sobranças agrícolas e florestais. Sensibilizar os agricultores para o licenciamento das queimadas de renovação das pastagens e para que estas sejam efetuadas com o acompanhamento adequado.	Educar e sensibilizar os agricultores com o objetivo de diminuir o número de ocorrências associadas à realização de queimadas para renovação de pastagens.	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias
					abril	abril	abril	abril	abril	abril	abril	abril	abril
Uso de maquinaria inflamável Acumulação de material inflamável;	Empresas de prestação de serviços agrícola e florestais	Divulgação das medidas DFCI a vigorar durante o período crítico, através da página eletrónica do município, redes sociais, panfletos, editais e avisos	Educar e sensibilizar com o objetivo de diminuir o número de ocorrências associadas ao Uso de Maquinaria em dias de índice de perigo máximo / elevado		Município	Município	Município	Município	Município	Município	Município	Município	Município
					junho a setembro	junho a setembro	junho a setembro	junho a setembro	junho a setembro	junho a setembro	junho a setembro	junho a setembro	junho a setembro
Uso incorreto do fogo	População em geral	Spots radiofónicos de aconselhamento sobre os comportamentos mais adequados durante o período crítico. Sensibilizar a população para a importância da floresta e anular riscos de incêndio associados a atos de uso indevido do fogo, alertando que este tipo de atos deve ser denunciado às autoridades.	Educar e sensibilizar a população em geral com o objetivo de diminuir o número de ocorrências associadas a estes comportamento Afixação de cartazes em locais estratégicos	Todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias	todas as freguesias
					21 de março	21 de março	21 de março	21 de março	21 de março	21 de março	21 de março	21 de março	21 de março
Uso incorreto do fogo	População escolar	Realização de sessões de sensibilização sobre a floresta e a prevenção de incêndios rurais.	Sensibilização e educação escolar, tendo como objetivo a promoção da floresta enquanto recurso essencial à vida e a tomada de consciência relativamente ao perigo que representa a manipulação do fogo.	Todas Escolas	Todas Escolas	Todas Escolas	Todas Escolas	Todas Escolas	Todas Escolas	Todas Escolas	Todas Escolas	Todas Escolas	Todas Escolas

Tabela 15 - Planeamento das ações de sensibilização (2022-2031)

5.2.3. Fiscalização

No âmbito do PNGIFR, as ações de fiscalização são da competência da Guarda Nacional Republicana. No entanto, a fiscalização de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na atual redação, é da competência da GNR, PSP, Polícia Marítima, ao ICNF, I.P., câmaras municipais, às entidades policiais e aos vigilantes da natureza (artigo 71.º). O Despacho n.º 3369/2022, de 22 de março, define as freguesias prioritárias para fiscalização da gestão de combustíveis, no âmbito do Sistema Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SNGIFR) para o ano de 2022, assim como os prazos para a realização das ações de fiscalização que deverão incidir sobre estas áreas prioritárias.

Assim, para o ano de 2022 e para o concelho de Sabrosa, foram consideradas como áreas prioritárias para efeitos de fiscalização de gestão de combustível as seguintes freguesias:

União das Freguesias de Provesende, Gouvães do Douro e São Cristóvão do Douro, Torre do Pinhão, Covas do Douro, Gouvinhas, Paços, Parada de Pinhão, Sabrosa. São Lourenço de Ribapinhão e Souto Maior

Relativamente à fiscalização, a Guarda Nacional Republicana (GNR), no concelho de Sabrosa, no ano de 2021, procedeu ao levantamento de 8 autos por infração à legislação da defesa da floresta contra incêndios rurais, nomeadamente por ausência de limpeza da faixa de gestão de combustível numa faixa de 50m em torno das edificações.

Na figura 5 encontram-se representadas as principais áreas prioritárias do concelho de Sabrosa, ao nível da dissuasão e fiscalização, tendo por base, a densidade dos pontos de início de incêndio (2017-2021), bem como as freguesias definidas como prioritárias relativamente à fiscalização da gestão de combustível

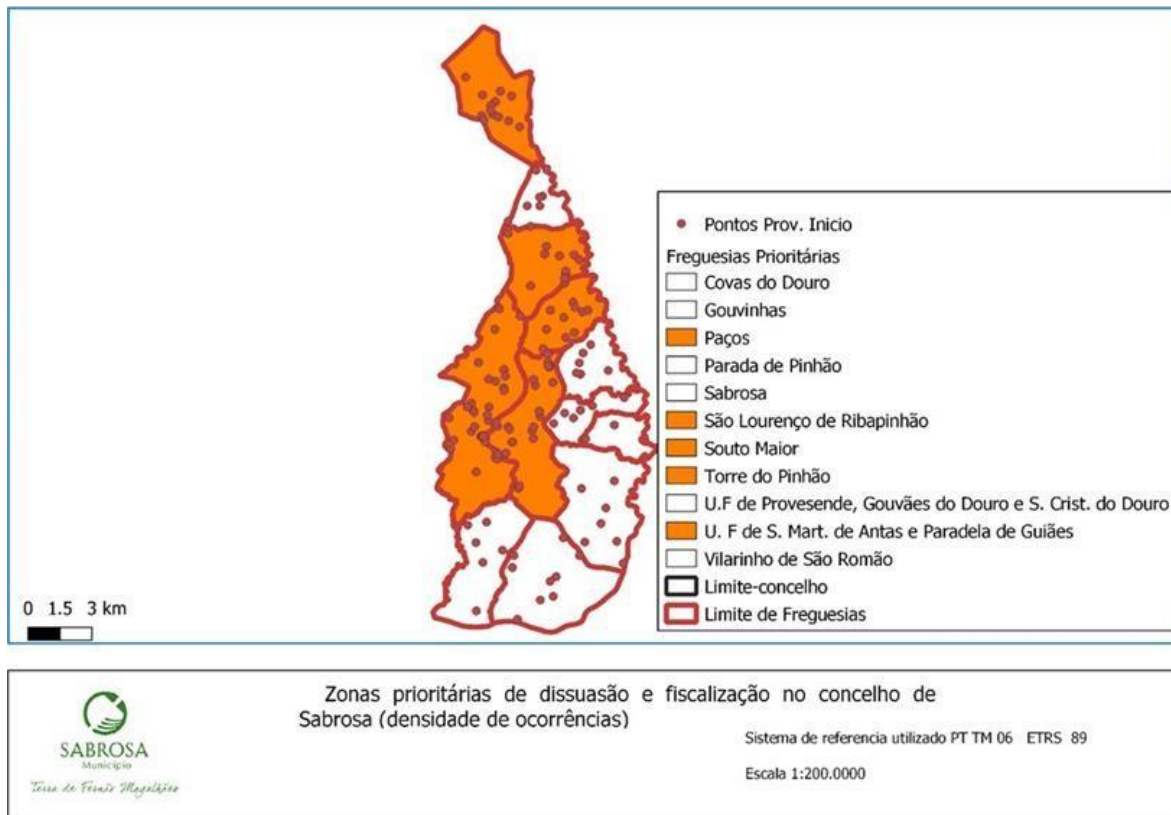


Figura 5 - Zona Prioritária de dissuasão e fiscalização no concelho de Sabrosa

A fiscalização é uma componente essencial em todo o processo de planeamento DFCI e deve ser elaborado num espírito de cooperação entre as várias entidades com competência na matéria.

As respetivas ações de fiscalização competem, no âmbito do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, na sua atual redação, à Guarda Nacional Republicana, ainda que possam também ser desenvolvidas por outras entidades como as Câmaras Municipais, os Bombeiros, os vigilantes da natureza e até mesmo pela população local, que muitas vezes assume uma importante função de denúncia de ações e comportamentos de risco e situações irregulares.



FISCALIZAÇÃO													
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	META	INDICADORES	METAS ANUAIS									
				2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas, de modo a diminuir a existência de situações críticas na relação entre o espaço urbano e a envolvente dos espaços florestais.	Fiscalizar as faixas exteriores de proteção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações).	As faixas exteriores de proteção são fiscalizadas.	% de FGC que são alvo de fiscalização	50	55	60	65	70	75	80	85	90	95
Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização de comportamentos de risco associados à realização de queimas e queimadas	A realização de queimas e queimadas, no período crítico.	Fiscalizar a realização de queimas e queimadas	N.º de ações de patrulhamento	2 Ação diária de patrulhamento /freguesia/ano									
Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização de comportamentos de risco associados ao incêndiarismo.	Fiscalizar a circulação e permanência nas zonas críticas.	Durante a época crítica, os espaços rurais são percorridos nos dias críticos com alerta de risco de incêndio igual ou superior a amarelo pelas entidades responsáveis pela fiscalização, com especial incidência nas zonas prioritárias.	N.º de ações de patrulhamento	2 Ação diária de patrulhamento /freguesia/ano									

Tabela 16 - Fiscalização e Responsabilidades

5.2.4. Metas e indicadores anuais, referente ao 2.º Eixo Estratégico, para o período de vigência do PMDFCI (2022-2031)Sensibilização)

PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS	GRUPO ALVO	AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO	MET A	UNIDADE	INDICADORES ANUAIS									
					2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
USO INCORRETO DO FOGO	AGRICULTORES	DIVULGAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS QUEIMADAS DE SOBRANTES AGRÍCOLAS E FLORESTAIS.SENSIBILIZAR OS AGRICULTORES PARA O LICENCIAMENTO DAS QUEIMADAS DE RENOVAÇÃO DAS PASTAGENS E PARA QUE ESTAS SEJAM EFETUADAS COM O ACOMPANHAMENTO ADEQUADO.	REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE ESCLARECIMENTO/DEBATE, CONTEMPLANDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE, REGRAS, PROIBIÇÕES E SANÇÕES. REDUZIR O N.º DE OCORRÊNCIAS ASSOCIADAS À RENOVAÇÃO DE PASTAGENS	N.º DE SESSÕES DE ESCLARECIMENTO/DEBATE	3	6	6	6	5	5	5	5	5	5
				Redução (%) do n.º de ocorrências	30%	30%	30%	30%	60%	60%	60%	60%	60%	60%
USO DE MAQUINARIA INFLAMÁVEL ACUMULAÇÃO DE MATERIAL INFLAMÁVEL;	EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLA E FLORESTAIS	DIVULGAÇÃO DAS MEDIDAS DFCA A VIGORAR DURANTE O PERÍODO CRÍTICO, ATRAVÉS DA PÁGINA ELETRÔNICA DO MUNICÍPIO, REDES SOCIAIS, PANFLETOS, EDITAIS E AVISOS	REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE ESCLARECIMENTO/DEBATE, CONTEMPLANDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE, REGRAS, PROIBIÇÕES E SANÇÕES.	N.º DE SESSÕES DE ESCLARECIMENTO/DEBATE	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5
				Redução (%) do n.º de ocorrências	40%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
USO INCORRETO DO FOGO	POPULAÇÃO EM GERAL	Spots radiofónicos de aconselhamento sobre os comportamentos mais adequados durante o período crítico. Sensibilizar a população para a importância da floresta e anular riscos de incêndio associados a atos de uso indevido do fogo, alertando que este tipo de atos deve ser	REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO/ESCLARECIMENT ORELATIVAS À DFCA NAS FREGUESIAS DO CONCELHO COM A DISTRIBUIÇÃO DE INFORMAÇÃO (PANFLETOS). AFIXAÇÃO DE CARTAZES EM LOCAIS ESTRATÉGICOS	N.º DE EXEMPLARES (PANFLETOS)	100	500	500	1000	1000	500	500	500	500	500
				N.º DE EXEMPLARES (CARTAZES)										
		denunciado às autoridades.												

USO INCORRETO DO FOGO	POPULAÇÃO ESCOLAR	Realização de sessões de sensibilização sobre a floresta e a prevenção de incêndios rurais.	É COMEMORADO O DIA MUNDIAL DA FLORESTA E O DIA DA FLORESTA AUTÓCTONE.	N.º DE ESCOLAS QUE COMEMORAM O DIA MUNDIAL DA FLORESTA E O DIA DA FLORESTA AUTÓCTONE	1	2	3	3	3	2	2	2	2	2
			REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE FLORESTA E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS RURAIS.	N.º DE ESCOLAS COM SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO	1	4	4	4	4	2	2	2	2	2



5.2.5. Metas e indicadores anuais, referente ao 2.º Eixo Estratégico, para o período de vigência do PMDFCI (2022-2030)Fiscalização

Fiscalização													
Objetivos estratégicos	Ações de fiscalização	Meta	Indicadores	Metas anuais									
				2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas, de modo a diminuir a existência de situações críticas na relação entre o espaço urbano e a envolvente dos espaços florestais.	Fiscalizar as faixas exteriores de proteção (emaglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, habitações, estaleiros, armazéns, e outras edificações).	As faixas exteriores de proteção são fiscalizadas.	% De FGC que são alvo de fiscalização	20	55	60	65	70	75	80	85	90	95
Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização de comportamentos de risco associados à realização de queimas e queimadas	A realização de queimas e queimadas, no período crítico.	Fiscalizar a realização de queimas e queimadas	N.º de ações de patrulhamento	1 Ação diária de patrulhamento /freguesia/ano									
Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização de comportamentos de risco associados ao incendiarismo	Fiscalizar a circulação e permanência nas zonas críticas	Durante a época crítica, os espaços rurais são percorridos nos dias críticos com alerta de risco de incêndio igual ou superior a amarelo pelas entidades responsáveis pela fiscalização, com especial incidência nas zonas prioritárias	N.º de ações de patrulhamento	1 Ação diária de patrulhamento /freguesia/ano									



Identificar Proprietário deste tipo de maquinaria	Fiscalizar trabalhos em zonas críticas	Durante a época crítica, os espaços rurais são percorridos nos dias críticos com alerta de risco de incêndio igual ou superior a amarelo pelas entidades responsáveis	N.º de ações de patrulhamento	1 Ação diária de patrulhamento /freguesia/ano
---	--	---	-------------------------------	---

Tabela 17 - Metas e indicadores anuais para a fiscalização

5.2.6. Estimativa de Orçamento e Responsáveis – (Sensibilização)

No quadro seguinte, apresenta-se a estimativa para orçamento década ação a desenvolver para o período de 2022-2031.

Problemas diagnostica dos	Grupo alvo	Ações de sensibilização	Objetivos estratégico s	Responsáveis	Estimativa de orçamento									
					2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Uso incorreto do fogo	Agricultores	Divulgação das normas legais na realização de queimas queimadas de sobrantes agrícolas e florestais. sensibilizar os agricultores para o licenciamento das queimadas de renovação das pastagens e para que estas sejam efetuadas com o acompanhamento adequado.	Sensibilizaçã o da população rural – agricultores	CM de Sabrosa/ Juntas de Freguesia / GNR / ESF	1500	3000	3000	3000	2500	2500	2500	2500	2500	2500
Uso de maquinaria inflamável acumulação de material inflamável;	Empresas de prestação de serviços agrícolas e florestais	Divulgação das medidas drci a vigorar durante o período crítico, através da página eletrónica do município, redes sociais, panfletos, editais e avisos	Sensibilização dasempresas do setor	Cm de sabrosa/ juntas de freguesia	500	750	750	750	750	750	750	750	750	750
Uso incorreto do fogo	População em geral	Spots radiofónicos de aconselhamento sobre os comportamentos mais adequados durante o período crítico. Sensibilizar a população para a importância da floresta e anular riscos de incêndio associados a atos de uso indevido do fogo, alertando que este tipo de atos deve ser denunciado às autoridades.	Sensibilizaçã o da população – grandepúblico	Cm de sabrosa/ juntas de freguesia / gnr / esf	500	2500	2500	5000	5000	2500	2500	2500	2500	2500
Uso incorreto do fogo	População escolar	Realização de sessões de sensibilização sobre a floresta e a prevenção de incêndios rurais.	Educação e sensibilizaç ão da população escolar	Cm de Sabrosa/ esf	200	600	700	700	700	400	400	400	400	400

Tabela 18 - Estimativa de orçamento e responsáveis - Sensibilização)

Fiscalização													
Objetivos estratégicos	Ações de fiscalização	Meta	Responsáveis	Estimativa de orçamento									
				2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas, de modo a diminuir a existência de situações críticas na relação entre o espaço urbano e a envolvente dos espaços florestais.	Fiscalizar as faixas exteriores de proteção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, habitações,estaleiros, armazéns, eoutras edificações).	As faixas exteriores de proteção são fiscalizadas.	GNR	4.600 € ¹	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	9.200 € ²	9.200 €	9.200 €	9.200 €	9.200 €
Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização de comportamentos de risco associados à realização de queimas e queimadas	A realização de queimas e queimadas, no período crítico.	Fiscalizar a realização de queimas e queimadas	GNR	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	9.200 €	9.200 €	9.200 €	9.200 €	9.200 €
Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização de comportamentos de risco associados ao incêndiarismo.	Fiscalizar a circulação e a permanência nas zonas crítica.	Durante a época crítica, os espaços rurais são percorridos nos dias críticos com alerta de risco de incêndio igual ou superior a amarelo pelas entidades responsáveis pela fiscalização, com especial incidência nas zonas prioritárias.	GNR	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	4.600 €	9.200 €	9.200 €	9.200 €	9.200 €	9.200 €

Tabela 19 - Orçamento e responsáveis, referente ao 2.º Eixo Estratégico, para o período de vigência do PMDFCI (2021-2030) (fiscalização)

5.3. 3.º Eixo Estratégico - Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão de Incêndios

A eficácia, no ataque a incêndios florestais depende de vários fatores, no entanto, o modelo organizacional é fundamental, em especial quando, no mesmo teatro de operação, é necessário articular com vários agentes de Proteção Civil e outros serviços ou instituições. De forma a melhorar a eficácia no combate a incêndios, propõe-se:

Nos dias em que o índice meteorológico preveja risco de incêndio, de elevado a máximo, a colocação de equipas nos LEE, de forma a atenuar comportamentos negligentes ou mesmo de mão criminosa e, pela proximidade, aumentar o sucesso na intervenção inicial.

A vigilância fixa e móvel em zonas de sombra (áreas que não são visíveis pelos Postos de Vigia), situada nos vales acentuados do Rio Pinhão e Rio Douro, é indispensável para uma deteção precoce dos incêndios.

A formação dos chefes de equipa na avaliação do comportamento do fogo é importante.

Desenvolver o sistema de comando operacional para melhorar a articulação dos meios envolvidos num TO ampliado.

Objetivos Estratégicos:

- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção;
- Adequação da capacidade de 1ª Intervenção;
- Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio.

Objetivos Operacionais:

- Estruturar a gestão da vigilância e a deteção como um sistema integrado;
- Estruturação do nível municipal de 1ª intervenção;
- Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância após incêndio;
- Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.

Ação:

- Execução da inventariação dos meios e recursos existentes
- Definição de sectores territoriais de DFCI e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE) para as ações de vigilância, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós- incêndio;
- Identificação e/ou definição dos sistemas vigilância e deteção;
- Identificação dos elementos do território relevantes para apoio à decisão.



5.3.1. Avaliação

Este ponto terá como principal objetivo realizar a avaliação da vigilância e deteção, 1ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio no concelho de Sabrosa.

5.3.2. Vigilância e Deteção

A vigilância, o combate célere e a prevenção de curto prazo dos incêndios florestais, não têm sido suficientes para minimizar a devastação que se observa todos os anos, em especial no verão. É necessário atuar ao nível da gestão da floresta através da utilização de técnicas pró-ativas e planeadas que ajudem a minimizar, a jusante, os problemas de deteção, prevenção e combate a incêndios (Hirsch et al., 2001; Martell et al., 2004).

A deteção e localização dos incêndios florestais pode ser efetuada de diversas formas: patrulhamento terrestre, avião e imagens de satélite. No entanto, a mais prática e económica resulta da utilização das torres de vigilância ou postos de vigia.

As áreas ocultas, ou seja, as áreas que não são visíveis por Postos de Vigia ou Locais Estratégicos de Estacionamento encontram-se um pouco por todo o território concelhio, no entanto, destacam-se mais a sul do concelho verifica-se que, aproximadamente 30,9% do concelho de Sabrosa, não é visível por nenhum Posto de Vigia (PV), conforme Mapa 21 que consta nos anexos.

Estas áreas encontram-se dispersas por todo o concelho, no entanto, as maiores áreas sem visibilidade a partir dos postos de vigia, concentram-se sobretudo na união de freguesias de Provesende, Gouvães do Douro e São Cristóvão do Douro, Gouvinhas e Covas do Douro, sendo importante na tomada de decisão no que respeita a localização dos meios nos Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE).

Entidade	Período	Área de atuação (Sectores territoriais)	Recursos
C.B. Provesende	24/24 h	Sector E Sul	2 Veículos 10 Elementos
C.B. Sabrosa	24/24 h	Sector Norte	2 Veículos 10 Elementos
Sapadores Sabrosa	4 ^a , 6 ^a , Sab e Dom 14/18h	Sabrosa e Souto maior	1 Veículo 5 Elementos
Sapadores São Martinho	12/20 h *	São Martinho e São Lourenço de Ribapinhão	1 Veículo 5 Elementos
GNR - T	24/24 h	Área do município com especial atenção nos maciços florestais	Patrulha 2 Elementos
GNR SEPNA	24/24 h	Área do município com especial atenção nos maciços florestais	4 Elementos
Voluntariado Jovem	10/15 h 15/20 h	A definir	Grupos 4 Elementos

Tabela 20 - Entidades envolvidas na Vigilância e Detecção

No quadro seguinte encontra-se indicado o índice entre a média do número de incêndios rurais, ocorridos no concelho de Sabrosa, entre 2011 e 2020, e as equipas de vigilância e deteção, por níveis de empenhamento operacional.

Níveis de empenhamento operacional		Média n.º de ocorrências (2011-2020)	N.º equipas de vigilância	Índice médio do n.º ocorrências / n.º total de equipas de vigilância e deteção
PERMANENTE – NÍVEL I	01 jan. a 14-mai 01 nov. a 31 dez	10,2	5	2,04
REFORÇADO – NÍVEL II	15 mai. a 31 mai. 16 out. a 31 out.	4,9	6	0,82
REFORÇADO – NÍVEL III	01 jun. a 30 jun. 01 out. a 15 out.	5,2	6	0,87
REFORÇADO – NÍVEL IV	01 jul. a 30 set.	13,3	9	1,48

Quadro 3 - Índice entre o número de incêndios rurais e equipas de vigilância, nas fases de perigo

No quadro seguinte encontra-se identificado o índice entre a média do número de incêndios rurais, entre 2011 e 2020 bem como, o número de elementos de 1.^a intervenção nos diferentes níveis de empenhamento operacional.

Níveis de empenhamento Operacional		Média n.º de Ocorrências (2011-2020)	1. ^a Intervenção		Índice média de Ocorrências / elementos de 1. ^a intervenção	Índice média de Ocorrências / equipas de 1. ^a intervenção
			N.º elementos	N.º equipas		
Permanente– nível i	01 jan. a 14-mai 01 nov. a 31 dez	10,2	25	5	0,41	2,04
Reforçado– nível ii	15 mai. a 31 mai. 16 out. a 31 out.	4,9	30	6	0,16	0,82
Reforçado– nível iii	01 jun. a 30 jun. 01 out. a 15 out.	5,2	30	6	0,17	0,87
Reforçado– nível iv	01jul. a 30set.	13,3	45	9	0,30	1,48

Quadro 4 - Índice entre o número de incêndios rurais e equipas e número de elementos de 1.^a intervenção nos níveis de empenhamento operacional



5.3.3. Sectores Territoriais e LEE

Os Sectores de Defesa da Floresta Contra Incêndios são constituídos por parcelas contínuas no território municipal, às quais estão atribuídas responsabilidades nas ações de vigilância, de deteção, de primeira intervenção, de combate, de rescaldo e vigilância pós-rescaldo. Para além disso permitirá, ainda, a identificação dos agentes disponíveis para a primeira intervenção e o alerta rápido, em caso de ignição (POM 2021, Câmara Municipal de Sabrosa).

O conjunto de sectores abrange a totalidade da área do concelho.

Os Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE) constituem pontos no território, integrados na rede de vigilância municipal, onde se considera ótimo o posicionamento de unidades de primeira intervenção, de forma a garantir máxima rapidez nessa intervenção e, secundariamente, os objetivos de vigilância e dissuasão eficazes (POM, 2021 Câmara Municipal de Sabrosa).

Na determinação dos locais a designar como LEE, pretendeu-se otimizar o tempo de primeira intervenção, o qual depende do tempo de deteção e do tempo de chegada ao local da ocorrência. Além disso, procurou-se que a instalação de LEE cumprisse as seguintes condições:

- Possuir uma percentagem significativa de território com zonas ocultas da rede de vigilância fixa;
- Concentrar um elevado número de pontos de início;
- Localizar-se fora do raio de tempo de intervenção de 20 minutos, a partir dos locais de estacionamento das equipas de combate ou de primeira intervenção já existentes, como seja o quartel de bombeiros.
- Os LEE localizam-se em pontos de panorâmica ampla, próximos da rede viária principal, garantindo rápido acesso a todos os pontos do sector respetivo, conforme mapa nº CII - 18

5.3.4. Primeira Intervenção

Os fatores de sucesso intrínsecos à 1ª intervenção são, essencialmente, a mobilidade e a rapidez de intervenção de meios devidamente dimensionados ao risco e garantidos por elementos com formação adequada.

A solicitação para a primeira intervenção é feita de duas formas, através do alerta direto à central dos Bombeiros Voluntários Sabrosa e Provesende por parte dos populares, ou por informação proveniente do Comando Sub-Regional do Douro.

Neste subcapítulo encontra-se representado o potencial tempo de chegada para efetuar a 1ª intervenção desde o Local Estratégico de Estacionamento (LEE) da equipa de vigilância e do quartel dos Bombeiros Voluntários de Sabrosa e Provesende até a sua área de intervenção. Desta forma pode ser mais perceptível o tempo (potencial) que decorrer entre o primeiro alerta e a chegada da 1ª viatura ao teatro de operações.

Tendo em conta que as Corporações de Bombeiros do município de Sabrosa, possuem Equipas de Intervenção Permanente ao longo de todo o ano, estimou-se o valor médio do tempo de chegada para 1ª intervenção por freguesia e de acordo com a setorização os valores que seguem no quadro abaixo

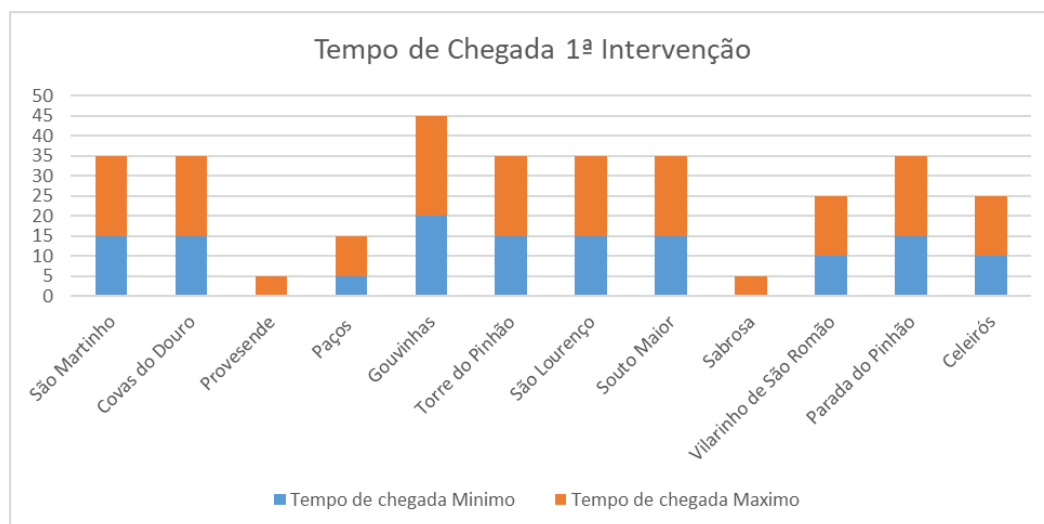


Gráfico 2 - Tempo de chegada para a 1ª Intervenção



5.3.5. Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio

O rescaldo é uma fase crucial do combate pelo que, o responsável da operação tem de garantir a sua correta e eficaz execução, devendo ser efetuada cuidadosa e rapidamente de modo a evitar eventuais reacendimentos.

A vigilância pós-incêndio deve ser garantida pelo responsável da operação através dos elementos dos bombeiros presente no Teatro de Operações (TO) de modo a ser possível intervir rapidamente em situação de eventual reacendimento. As tarefas a implementar nesta ação compreendem, basicamente, o seguinte:

- Eliminar, utilizando água ou terra, todos os resíduos do fogo dentro da área queimada;
- Efetuar uma faixa limpa em torno da área queimada;
- Derrubar árvores ou arbustos em incandescência, passíveis de promover o lançamento de fagulhas;
- Descobrir e eliminar possíveis focos de incêndio provocados por fagulhas lançadas pelo incêndio;
- Manter patrulhamento, até não haver mais perigo de reativação do fogo, com passagens pela área ardida nos dias subsequentes.
- A vigilância pós - incêndio deverá ser também garantida pelo responsável da operação, de modo a ser possível intervir rapidamente em situações de eventuais reacendimentos. Preferencialmente, esta vigilância deverá ser efetuada por elementos que tiveram uma participação menos ativa no combate.

Ano	Nº de Reacendimentos
2012	3
2017	2
Total	5

Tabela 21 - Fonte: SGIF

- Pelos dados disponíveis, houve 5 reacendimentos, das 286 ocorrências existentes, para o período de 10 anos. Assim, a percentagem de reacendimentos para o período de 10 anos foi de 1,75%.

**Planeamento das Ações**

Nos subcapítulos seguintes apresentam-se as metas e indicadores os orçamentos e responsáveis para as ações referentes ao 3º Eixo Estratégico.

Metas, Indicadores, Orçamentos e Responsáveis

No próximo quadro estão indicadas as metas e indicadores para as ações de vigilância, deteção, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio no concelho de Sabrosa.



Ação	Metas	Indicadores	Ações	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Vigilância e Detecção	Diminuir o número de ocorrências através de ações de vigilância	Aumentar a % de deteções em que os incêndios ainda se encontram na sua fase inicial	Diligenciar a existência de equipas nos Postos de Vigia.	<50 Ocorrências	<45 Ocorrências	<40 Ocorrências	<35 Ocorrências	<30 Ocorrências	<25 Ocorrências	<20 Ocorrências	<15 Ocorrências	<10 Ocorrências	<5 Ocorrências
	Diminuir o tempo de deteção de uma ocorrência de incêndio			<5 Minutos	<5 Minutos	<3 minutos	<3 Minutos	<3 Minutos	<3 Minutos	<3 Minutos	<3 Minutos	<3 Minutos	<3 Minutos
Primeira Intervenção	Diminuir o tempo de 1ª intervenção impedindo a propagação	% de ocorrências cuja 1.ª intervenção ocorra em menos de 20 minutos	Promover a operacionalidade da Rede Viária Florestal.	<20 Minutos	<20 Minutos	<20 Minutos	<20 Minutos	<20 Minutos	<15 Minutos	<15 Minutos	<15 Minutos	<15 Minutos	<15 Minutos
Combate	Evitar a propagação dos incêndios, impedindo que estes atinjam grandes dimensões	Dimensão máxima do incêndio (em 100 hectares)	Atuar de modo eficaz na fase de supressão (incluía utilização de material adequado)	Ocorrências com área ardida < 100 Hectares	Ocorrências com área ardida < 100 hectares	Ocorrências com área ardida < 100 hectares	Ocorrências com área ardida < 100 hectares	Ocorrências com área ardida < 100 Hectares	Ocorrências com área ardida < 100 Hectares	Ocorrências com área ardida < 100 Hectares	Ocorrências com área ardida < 100 Hectares	Ocorrências com área ardida < 100 Hectares	Ocorrências com área ardida < 100 hectares
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Evitar reacendimentos	% face ao n.º total de ocorrências	Estabelecer e implementar protocolo de pós-rescaldo e vigilância pós-incêndio.	Diminuição para 10% o nº de reacendimentos	Diminuição para 8% o nº de reacendimentos	Diminuição para 6% o nº de reacendimentos	Diminuição para 4% o nº de reacendimentos	Diminuição para 3% o nº de reacendimentos	Diminuição para 1% o nº de reacendimentos	Diminuição para 1% o nº de reacendimentos	Diminuição para 1% o nº de reacendimentos	Diminuição para 1% o nº de reacendimentos	Diminuição para 1% o nº de reacendimentos

Tabela 22 - Metas e Indicadores Eixo III

5.3.6 Orçamento e entidades responsáveis

No próximo quadro estão indicadas as estimativas orçamentais e respetivos responsáveis para as ações de vigilância, deteção, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio no concelho de Sabrosa.

			Ano									
Ação	Metas	Responsáveis	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Vigilância e Deteção	Diminuir o número de ocorrências através de ações de vigilância.											
	Diminuir o tempo de deteção de uma ocorrência de incêndio.	GNR, Sapadores Florestais e Bombeiros	50000	50000	50000	50000	50000	50000	50000	50000	50000	50000
Primeira Intervenção	Diminuir o tempo de 1ª intervenção, impedir a propagação de fogos emergentes e circunscrevê-los.											
Combate	Evitar a propagação dos incêndios impedindo que estes atinjam grandes dimensões.	Bombeiros	120000	120000	120000	120000	120000	120000	120000	120000	120000	120000
Rescaldo e Vigilância Pós-incêndio	Evitar reacendimentos	Sapadores Florestais e Bombeiros	30000	30000	30000	30000	30000	30000	30000	30000	30000	30000
Total			200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000	200000

Tabela 23 - Estimativas de Orçamento e Responsáveis - Vigilância e deteção, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio

5.4. 4º Eixo Estratégico- Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas

Uma das formas, que permite aumentar a resiliência dos ecossistemas aos incêndios rurais é através da recuperação das áreas ardidas. Os espaços florestais podem ser recuperados e reabilitados através de dois níveis de atuação, que passam por intervenções a curto ou intervenções a médio prazo.

Por outro lado, as intervenções a curto prazo, designadas por estabilização de emergência, têm como finalidade evitar a degradação, quer dos recursos (água e solo), quer das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas).

As intervenções a médio prazo, denominadas por reabilitação de povoamentos e habitats florestais, têm o objetivo de restabelecer o potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais, afetados por incêndios rurais ou por agentes bióticos, na sequência destes.

A definição das prioridades e dos tipos de intervenção são fundamentais, nas intervenções de estabilização de emergência. Estas deverão ser fundamentalmente vocacionadas para o controlo da erosão, de acordo com a cobertura do solo e com os elementos fisiográficos mais importantes (declives e extensão das encostas). Nas encostas, linhas de água e rede viária florestal, deve ser avaliada a necessidade ou não das intervenções (ICNF, 2012).

ORIENTAÇÕES CONSTANTES NO PNGIFR	
Objetivo estratégico	Recuperar e reabilitar os ecossistemas.
Objetivo operacional	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.
Ações	Identificação das necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo;
	Definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis

Tabela 24 - Orientações constantes no pngifr

A Figura 6 apresenta as áreas prioritárias de recuperação em caso de incêndio, ou seja, as áreas de estabilização de emergência que pressupõem intervenções de curto prazo, cujo objetivo é evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas.

Para identificação das áreas prioritárias ao nível da estabilização de emergência (linhas de água, rede viária florestal e espaços florestais) foi tido em consideração os critérios seguintes:

- Identificação das áreas com declives mais acentuados;
- Identificação dos Espaços Florestais inseridos nessas áreas;
- As linhas de água (LA) com declives acentuados

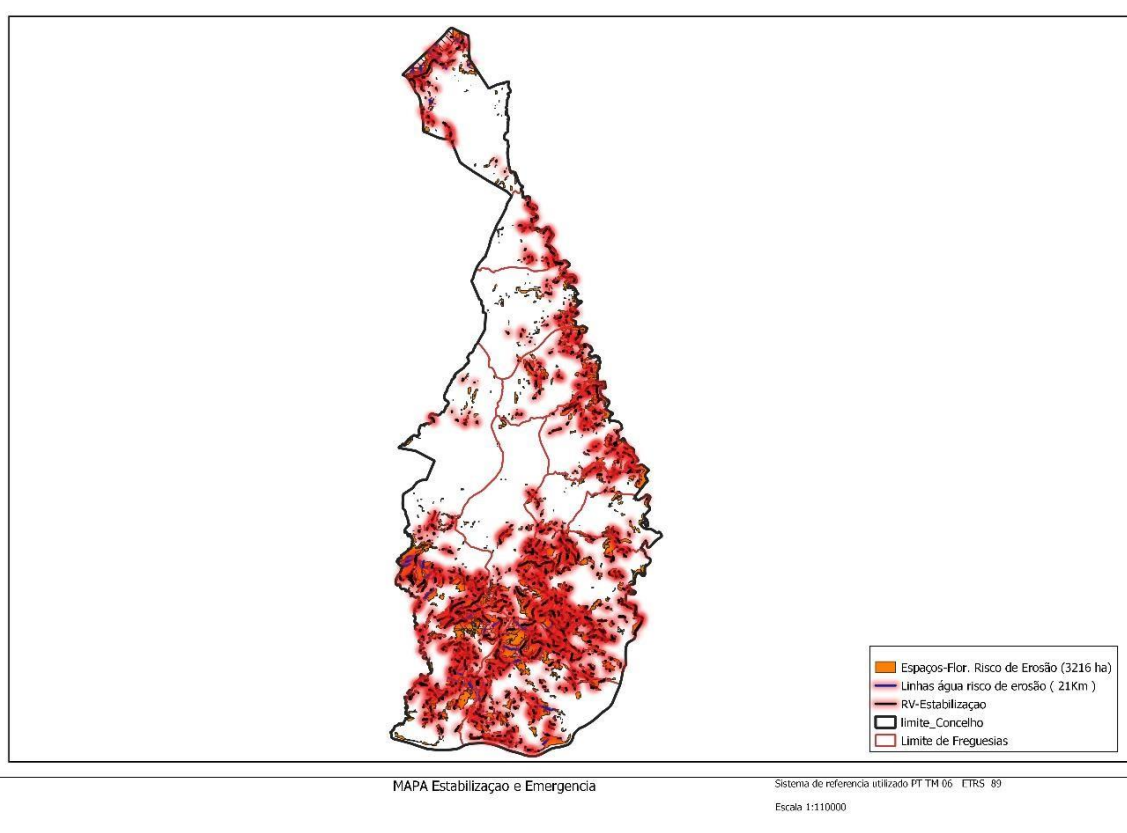


Figura 6 - Mapa Estabilização e emergência

Neste contexto, o Município de Sabrosa identificou um conjunto de procedimentos para a estabilização de emergência, identificando os momentos, as ações, sub-ações e respetivos responsáveis que se encontram descritos, de forma pormenorizada no quadro seguinte.

AÇÃO		SUB-AÇÃO	RESPONSÁVEIS
Avaliação	Levantamento das áreas ardidas	Levantamento perimetral e mapeamento da área ardida	ICN F GNR GTF
		Elaboração de relatório de incêndio de áreas superiores a 750ha com ações a executar por tipologia de intervenção	ICNF
	Avaliação das necessidades de intervenção	Identificação e mapeamento das ações a executar por tipologia de intervenção	ICNF Autarquia Local Proprietários privados
		Elaboração de candidaturas para apoio à execução das operações de emergência	
Intervenção	Tratamento de encostas	Remoção de material lenhoso queimado	
		Aproveitamento de material lenhoso queimado sem valor comercial para construção de barreiras	
		Aplicação de hidro-sementeiras e resíduos orgânicos	
	Tratamento de linhas de água	Remoção de material lenhoso queimado caído nas margens e leitos das linhas de água	
		Recuperação das margens de cursos de água	
	Recuperação de infraestruturas danificadas	Remoção de material lenhoso ardido	
		Desobstrução de valetas e aquedutos	
		Regularização da plataforma viária	
		Recuperação de pontos de água	
		Reposição de sinalética e cercas de proteção	

Tabela 25 - Procedimentos para a Estabilização de Emergência

Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

A figura 6 expõe as áreas, que no caso incêndio poderão necessitar de uma intervenção a médio prazo, designadas por reabilitação de povoamentos e habitats florestais, que têm por objetivo restabelecer o potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais. Em função das COS 2018 e do conhecimento no terreno não existem manchas relevantes de invasoras.

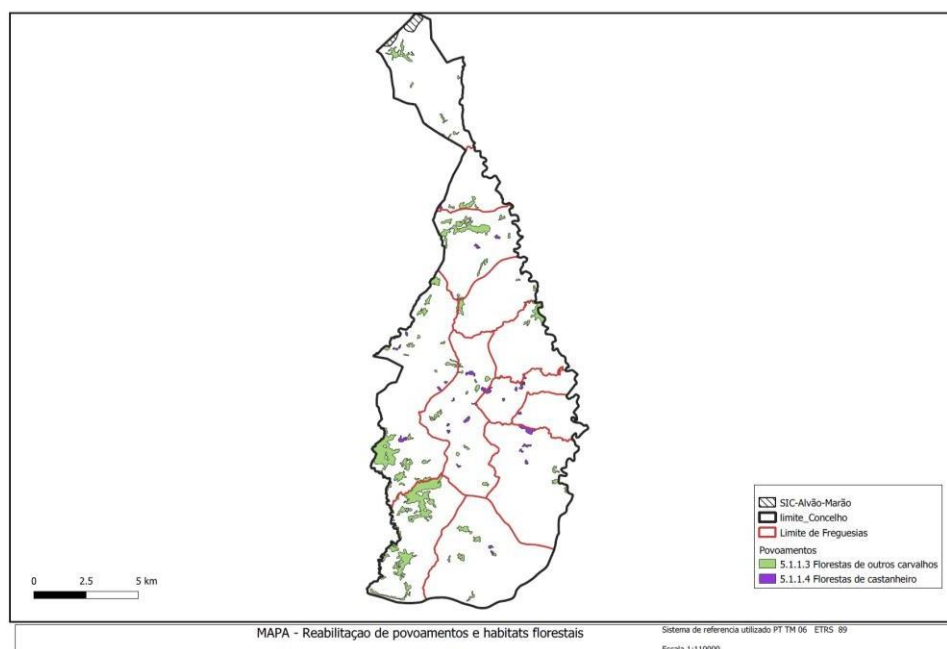


Figura 7 - Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

As áreas apresentadas correspondem a uma pequena área inserida em Sítios de Importância Comunitária – Alvão/Marão e os povoamentos de folhosas que interessa manter.

Em termos da reabilitação de povoamentos e habitats florestais, sempre que ocorra uma redução da cobertura arbórea causada por alterações climáticas, por atividades humanas ou outras causas, a reflorestação é aconselhável. A regeneração da cobertura arbórea tem como efeito positivo uma melhoria da estrutura, da fertilidade e da proteção dos solos.

Avaliados os impactos dos incêndios e definida a estratégia de atuação a médio prazo segue-se a elaboração de planos de reabilitação e recuperação das áreas ardidas. Estes planos devem seguir a orientações emanadas do Conselho Nacional de Reflorestação

Relativamente às ações que venham a ser desenvolvidas no âmbito da Estabilização de Emergências e da Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais, estas deverão ser executadas pelo proprietário florestal / entidade responsável, tendo a colaboração do Gabinete Técnico Florestal de Sabrosa, adotando os seguintes procedimentos:

- Avaliação da necessidade de intervenção
- Articulação com as entidades responsáveis;
- Seleção dos métodos e técnicas a adotar;

- Implementação das medidas de estabilização de emergência/reabilitação de povoamentos e habitats florestais;
- Monitorização das ações implementadas.

Neste contexto, na tabela 29 sistematiza-se um conjunto de procedimentos para a Reabilitação de Povoamentos e Habitats, identificando as ações, sub-ações e respetivos responsáveis que se encontram descritos.

	AÇÃO	SUB-AÇÃO	RESPONSÁVEIS
Avaliação	Levantamento das áreas ardidas	Levantamento perimetral e mapeamento anual da área ardida	ICN F GNR GTF
	Avaliação das necessidades de intervenção	Elaboração de relatórios de incêndios de áreas superiores a 750ha com ações a executar por tipologia de intervenção	ICNF
Intervenção	Ações a curto prazo	Remoção do material vegetal ardido	ICNF Autarquia Local Proprietários privados
		Beneficiação da vegetação existente	
	Aproveitamento da regeneração natural	Acompanhamento do desenvolvimento da regeneração	
		Limpeza de povoamentos, condução de povoamentos e correção de densidades	
	Restabelecimento to do potencial, ações produtivo	Ações de rearborização e reconversão de povoamentos	
	Médio e longo prazo	Controlo total	
		Controlo perimetral	
	Controlo de invasoras	Controlo sequencial	
		Controlo por ensombramento	
		Controlo por auto ensombramento	
Monitorização	Avaliação da resposta dos povoamentos às intervenções culturais e aos elementos naturais		
	Acompanhamento e avaliação das intervenções e métodos de tratamento das manchas de espécies invasoras		
	Controlo e acompanhamento da regeneração de espécies invasoras		

Tabela 26 - Reabilitação de Povoamentos e Habitats

5.4.1. Planeamento das ações referentes ao 4º eixo estratégico

O planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico – Estabilização de Emergência deve iniciar com um trabalho preparatório para a avaliação da necessidade de estabilização de emergência. Após o levantamento da área ardida, é necessário criar um grupo de trabalho constituído por várias entidades, nomeadamente: Município de Sabrosa (Gabinete Técnico Florestal), ICNF, DRAP-N e Agência Portuguesa do Ambiente. Deverá ser feita uma avaliação da necessidade de restauro ecológico e dos impactos ambientais e dos procedimentos a adotar. Depois desta avaliação as entidades participarão conforme as necessidades de intervenção.

Os incêndios rurais, ao afetarem os povoamentos e destruírem o coberto vegetal, aumentam consideravelmente o risco de erosão, sobretudo nas áreas de declive acentuado pelo que é essencial a recuperação das áreas ardidas a este nível.

Ações a Desenvolver	Metas	Valores indicadores									
		2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Avaliação de áreas ardidas percorridas por grandes incêndios	Aplicação das orientações para áreas ardidas.	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Recuperação de áreas ardidas percorridas por grandes incêndios	Elaboração de candidaturas para recuperação das áreas ardidas.	200ha	200ha	200ha	200ha	200ha	200ha	200ha	200ha	200ha	200ha

Tabela 27 - Orçamento e Responsabilidades

Orçamento em Euros (€)											
Ação a Desenvolver	Responsáveis	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Avaliação de áreas ardidas percorridas por grandes incêndios.	DFCI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação de áreas ardidas percorridas por grandes incêndios.	DFCI	26000	26000	26000	26000	26000	26000	26000	26000	26000	26000

Tabela 28 - Metas e indicadores

5.5. 5º Eixo Estratégico - Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional Eficaz

A articulação, através de uma organização que viabilize o trabalho de equipa e avalie o resultado das suas ações, e a convergência dos esforços dos vários organismos na defesa da floresta são decisivas para a concretização das ações definidas no PMDFCI.

A atribuição das responsabilidades ao nível da DFCI às várias entidades implica que, em cada uma destas se estabeleça uma organização interna funcional, que permita o cumprimento das missões que lhes são atribuídas, de forma coerente e com um nível de resposta elevado.

A nível concelhio, a estrutura que permite a articulação entre as várias entidades e que tem a incumbência de coordenar o conjunto de ações, no que concerne à definição de políticas e orientações no âmbito da DFCI, é a Comissão Municipal de Gestão Integrada de fogos rurais.

	ORIENTAÇÕES CONSTANTES NO PNGIFR
Objetivo estratégico	> Operacionalização da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais
Objetivo operacional	> Fomento das operações de DFCI e garantia do apoio técnico e logístico.
Ações	> Identificação das entidades intervenientes no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações; > Planificação da formação das entidades intervenientes no SGIFR; > Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SGIFR, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM; > Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões defronteira entre concelhos; > Elaboração do cronograma de reuniões da CMGIFR; > Estabelecimento da data de aprovação do POM; > Explicitação do período de vigência do PMDFCI;

Tabela 29 - Orientações constantes no PNGIFR

Fonte: ICNF, 2012.

Ao nível municipal e no que se refere à definição de políticas e orientações no âmbito da DFCI, a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais contra Incêndios (CMGIFR) é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes ações.

Este 5º Eixo Estratégico concretiza-se através dos objetivos estratégicos e operacionais que se apresentam de seguida.

**Objetivo Estratégico:**

- Operacionalizar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de fogos Rurais

Objetivo Operacional:

- Fomento das operações de DFCl e garantia do apoio técnico e logístico.

Ação a Desenvolver:

- Identificação das entidades intervenientes no SGIFR, explicando as suas competências na implementação das diferentes ações;
- Planificação da formação das entidades intervenientes no SGIFR;
- Promoção da articulação entre entidades intervenientes no SGIFR, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM;
- Promoção da harmonização dos conteúdos PMDFCl/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos;
- Elaboração do cronograma de reuniões da DFCl;
- Estabelecimento da data de aprovação do POM;
- Explicação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento.

5.5.1. Programa de Formação

Entende-se que garantir a operacionalização da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Sabrosa, será garantir o necessário apoio técnico e logístico através das diversas entidades intervenientes na mesma, estabelecendo esta operacionalização como o principal objetivo na adoção de uma estrutura orgânica que visa ser funcional e eficaz.

Com vista à execução das responsabilidades atribuídas às diferentes entidades, identificam-se, no quadro seguinte, as necessidades formativas (e respetiva estimativa orçamental) para alguns dos agentes locais do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), durante o período de vigência do PMDFCl (2022-2031).

Apesar de todas as ações de formação serem importantes, destacam-se as ações de Curso avançado em fogo controlado, que permite obter Credenciação em Fogo Controlado e o curso avançado de Sistemas de Informação Geográfica, que permitiria obter melhorias significativas na gestão de base de dados de DFClR,

como as mais necessárias no momento para os agentes de DFCI do Concelho de Sabrosa. Nas tabelas seguintes, são apresentados os valores de investimento necessários para dotar os necessários elementos de DFCI de conhecimento, bem como a identificação das necessidades de formação.

ENTIDADE	TIPO DE FORMAÇÃO	N.º DE ELEMENTOS/ANO									
		2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Município de Sabrosa	Prevenção de incêndios rurais	0	2	0	0	0	2	0	0	0	2
Juntas de freguesia		0	5	0	0	0	5	0	0	0	5
Município de Sabrosa	Sistemas de Informação Geográfica	2	0	0	0	2	0	0	0	2	0
	Recuperação de Áreas Ardidas	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
	Fogo controlado	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
B.V. de Provezende	Reacendimentos	0	2	0	0	0	2	0	0	0	2
	Fogo controlado – apoio	0	0	5	0	0	0	5	0	0	0
B.V. de Sabrosa	Fogo controlado – apoio	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0
	Fogo controlado – apoio	0	0	5	0	0	0	5	0	0	0

Tabela 30 - Identificação das necessidades de formação

ENTIDADE	TIPO DE FORMAÇÃO	N.º DE ELEMENTOS/ANO									
		2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Município de Sabrosa	Prevenção de incêndios rurais	0	2	0	0	0	2	0	0	0	2
Juntas de freguesia		0	5	0	0	0	5	0	0	0	5
Município de Sabrosa	Sistemas de Informação Geográfica	2	0	0	0	2	0	0	0	2	0
	Recuperação de Áreas Ardidas	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
	Fogo controlado	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
B.V. de Provezende	Reacendimentos	0	2	0	0	0	2	0	0	0	2
	Fogo controlado – apoio	0	0	5	0	0	0	5	0	0	0
B.V. de Sabrosa	Fogo controlado – apoio	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0
	Fogo controlado – apoio	0	0	5	0	0	0	5	0	0	0

Tabela 31 - Identificação das necessidades de formação

ENTIDADE	TIPO DE FORMAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL									
		2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Município de Sabrosa	Prevenção de incêndios rurais	0 €	500 €	0 €	0 €	0 €	500 €	0 €	0 €	0 €	500 €
Juntas de freguesia		0 €	1.250 €	0 €	0 €	0 €	1.250 €	0 €	0 €	0 €	6.250 €
Município de Sabrosa	Sistemas de Informação Geográfica	700 €	0 €	0 €	0 €	700 €	0 €	0 €	0 €	700 €	0 €
	Recuperação de Áreas Ardidas	0 €	0 €	350 €	0 €	0 €	0 €	350 €	0 €	0 €	0 €
	Fogo controlado	0 €	0 €	1.000 €	0 €	0 €	0 €	1.000 €	0 €	0 €	0 €
B.V. de Provezende	Reacendimentos	0 €	2.000 €	0 €	0 €	0 €	2.000 €	0 €	0 €	0 €	2.000 €
B.V. de Sabrosa	Fogo controlado – apoio	0 €	0 €	5.000 €	0 €	0 €	0 €	5.000 €	0 €	0 €	0 €

Tabela 32 - Estimativa e orçamento para a formação



5.5.2. Cronograma de reuniões da CMGIFR

No final de cada período crítico, a Comissão Municipal de Gestão Integrada de fogos rurais (CMGIFR) de Sabrosa deverá apurar e analisar os dados relativos ao número de ocorrências, área ardida, área média por incêndio e o número de reacendimentos. Estes dados deverão ser cruzados com os dos anos anteriores, observar a sua evolução, estabelecer correlações com a disponibilidade, ou não, de meios materiais e humanos, condições climáticas, localização dos incêndios, entre outros, de forma a definir estratégias de atuação para o ano seguinte.

No que se refere ao PMDFCI, a CMGIFR deverá efetuar a avaliação das ações executadas e do tempo e custos associados à sua execução, verificando as consequências positivas e negativas dessas ações, bem como, verificar se eventualmente algumas possam não ter sido realizadas.

O PMDFCI estará em permanente monitorização, através da elaboração do relatório anual pelo município, a apresentar à CMGIFR, e que será remetido ao ICNF, I. P., até 31 janeiro do ano seguinte, em conformidade com o regulamento do PMDFCI homologado pelo Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, publicado no Despacho 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro.

A CMGIFR de Sabrosa, deverá reunir, ordinariamente, três vezes por ano, exceto as reuniões relativas ao condicionalismo à edificação, sendo que, surgindo pedidos de parecer, relativos ao artigo 60º e 61º do decreto-lei 82/2021 de 13 de outubro, na sua atual redação, terão que ser reuniões mensais.

Ficará a cargo do Presidente da Comissão, a convocação de reuniões extraordinárias, sempre que solicitadas por qualquer membro da mesma.

A CMGIFR de Sabrosa, deverá reunir, ordinariamente, três vezes por ano, segundo o cronograma proposto.

ORDEM DE TRABALHOS PROPOSTOS		2022-2031											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1. ^a REUNIÃO	Planeamento das ações DFCl para o ano em curso.												
2. ^a REUNIÃO	Aprovação do Plano Operacional Municipal; Preparação do período crítico.				Até 15								
3. ^a REUNIÃO	Monitorização do PMDFCl. Balanço da época De incêndios.												

Tabela 33 - Cronograma de reuniões da CMGIFR

6. Data de aprovação do POM e Estabelecimento de Vigência do PMDFCI

Conforme o estipulado no PNGIFR, o Plano Operacional Municipal (POM) deverá ser aprovado até 15 de abril de cada ano, pela Comissão Municipal de Gestão Integrada de fogos rurais.

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do “Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”, publicado em anexo ao Despacho nº 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222- B/2018, de 2 de fevereiro, que estipula: “1 - O PMDFCI tem um período de vigência de 10 anos, que coincide obrigatoriamente com os 10 anos de planeamento em defesa da floresta contra incêndios que nele é preconizado”, sendo que o PMDFCI de Sabrosa terá um período de vigência entre 2022 e 2031.

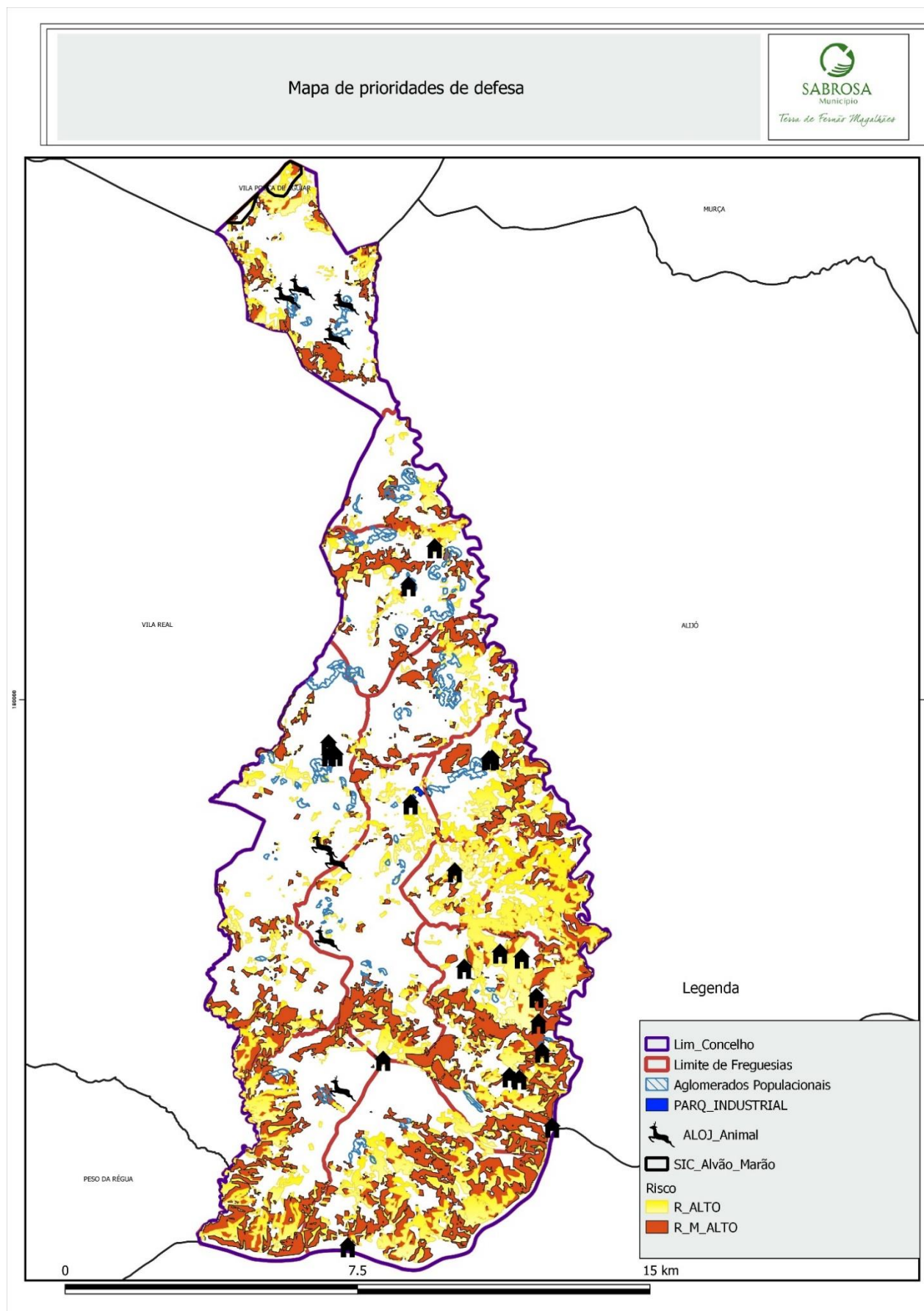


Bibliografia

- Bento, J., Botelho, H. (2001). Tools and methodologies for fire danger mapping. Proceedings do Workshop “Tools and methodologies for fire danger mapping”, UTAD, Sabrosa, 9-14 de março de 2001, 163p.
- Viegas, X. (1989). Incêndios Florestais, Coimbra.
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Sabrosa – Câmara Municipal, Sabrosa,
- Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro: clarifica os critérios aplicáveis à gestão de combustível no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.
- Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro, que clarifica os condicionalismos à edificação no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.
- Despacho 443-A/2018, de 9 de janeiro: homologa o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI).
- Despacho 1222-B/2018, de 2 de fevereiro: procede à primeira alteração ao anexo do Despacho n.º 443-A/2018, de 5 de janeiro, que estabelece o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).
- Despacho 2616/2020, de 26 de janeiro: procede à identificação das freguesias prioritárias para efeitos de fiscalização da gestão de combustível no âmbito da prevenção de incêndios rurais.
- Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto: primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.
- Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto: regime aplicável aos baldios e aos demais meios de produção comunitários (Revoga a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro)
- Decreto-Lei N.º 82/2021, de 13 Outubro, na sua atual redação, que estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as regras de funcionamento

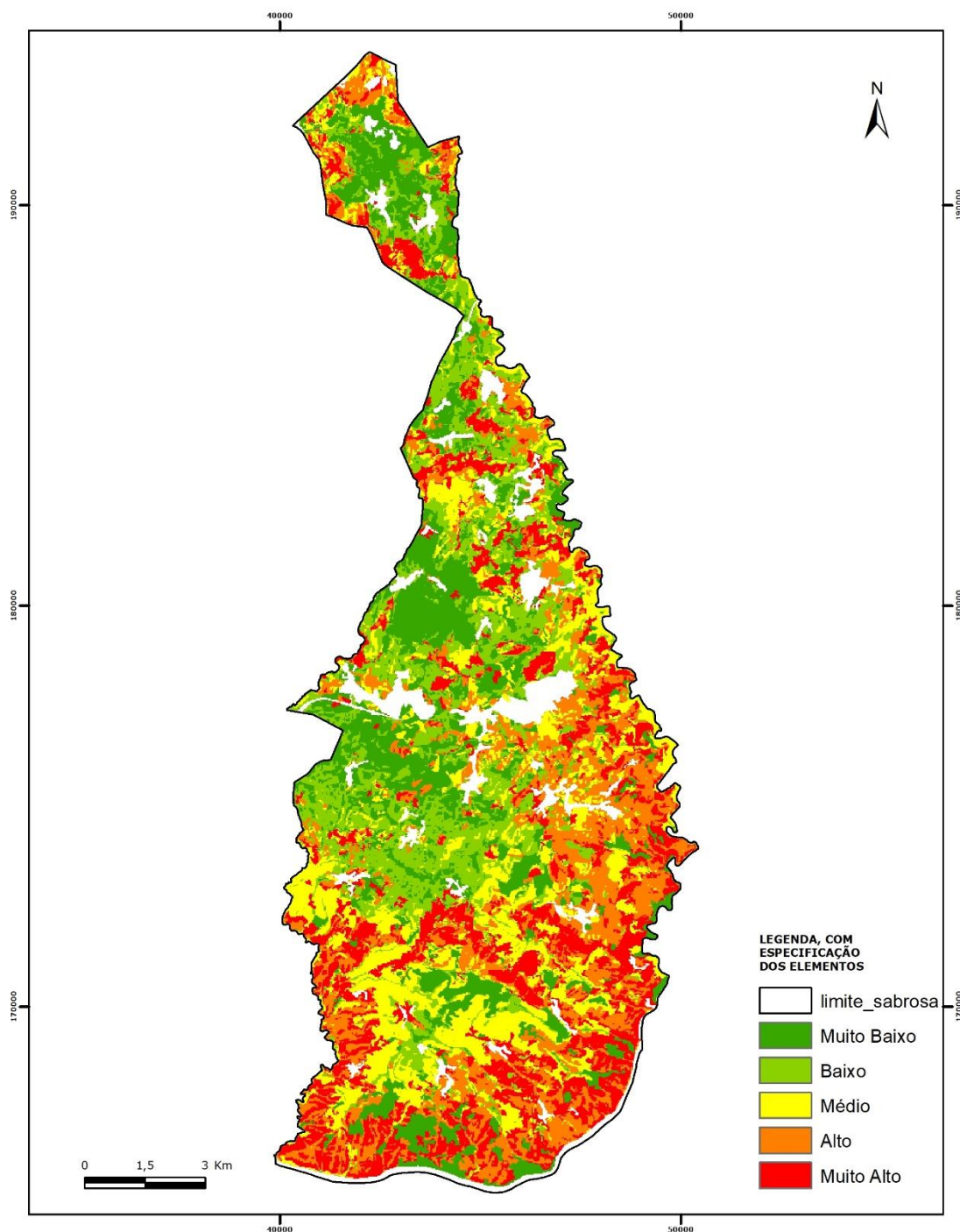


Anexo CII



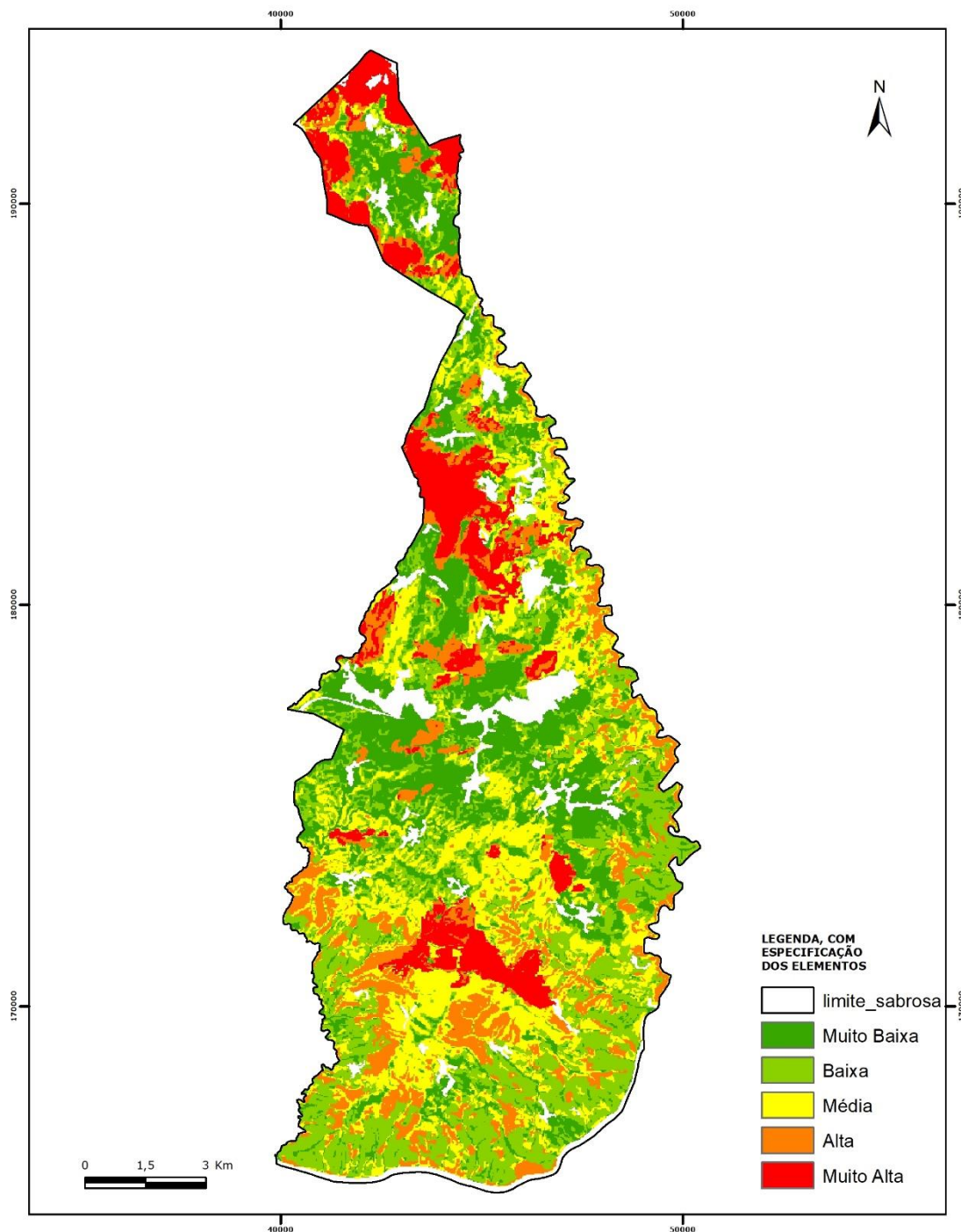
CII 1 - Prioridade de defesa

PMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2022-2031 Caderno II



 SABROSA Município <i>Terra do Forno Magalhães</i>	Risco de Incêndio Florestal		
SISTEMA DE COORDENADAS E DE REFERÊNCIA UTILIZADOS: PT TR06-ETRS 89		Escala: 1:250:00	Mapa nº 2

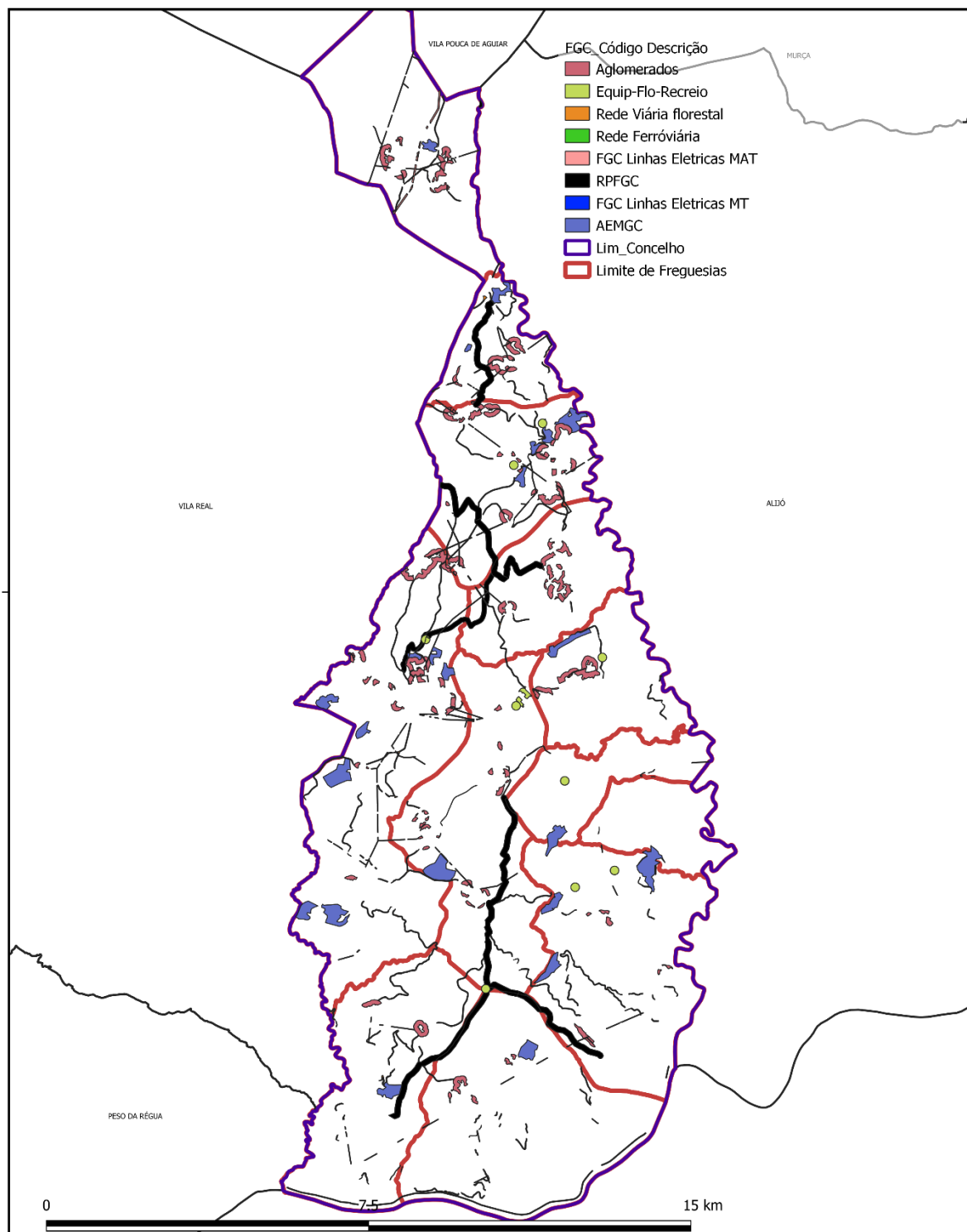
CII 2 - Risco de incêndio



 SABROSA Município <i>Terra de Fronteiras Rangelâneas</i>	Perigosidade de Incêndio Florestal	
	SISTEMA DE COORDENADAS E DE REFERÊNCIA UTILIZADOS: PT TR06-ETRS 89	Escala: 1:250:00

CII 3 - Perigo de Incêndio

Rede de faixas de Gestão de Combustível 2022- 2031

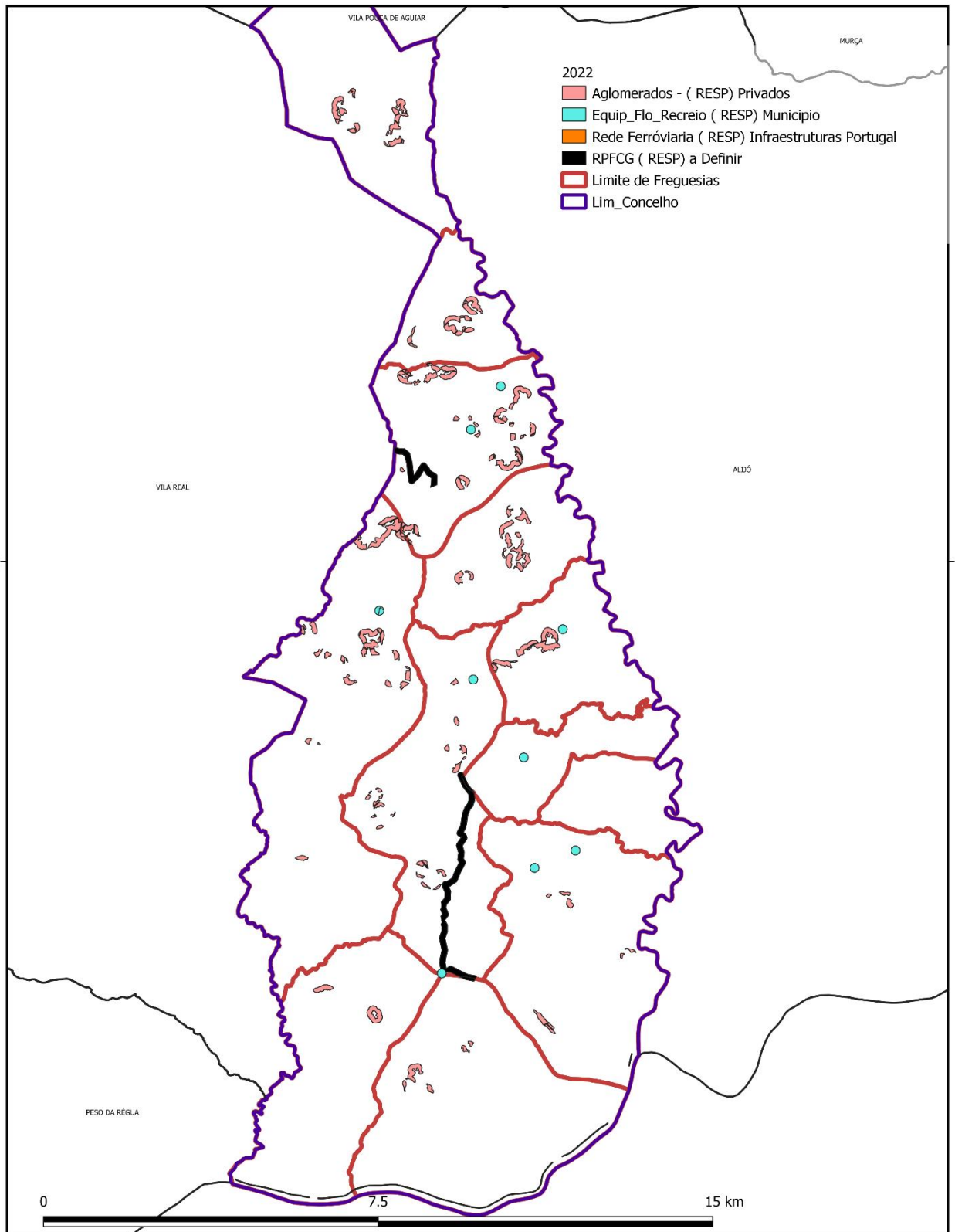


CII 4 - Faixa de Gestão de Combustível



SABROSA
Município
Terra de Fernão Magalhães

Rede de faixas de Gestão de Combustível 2022

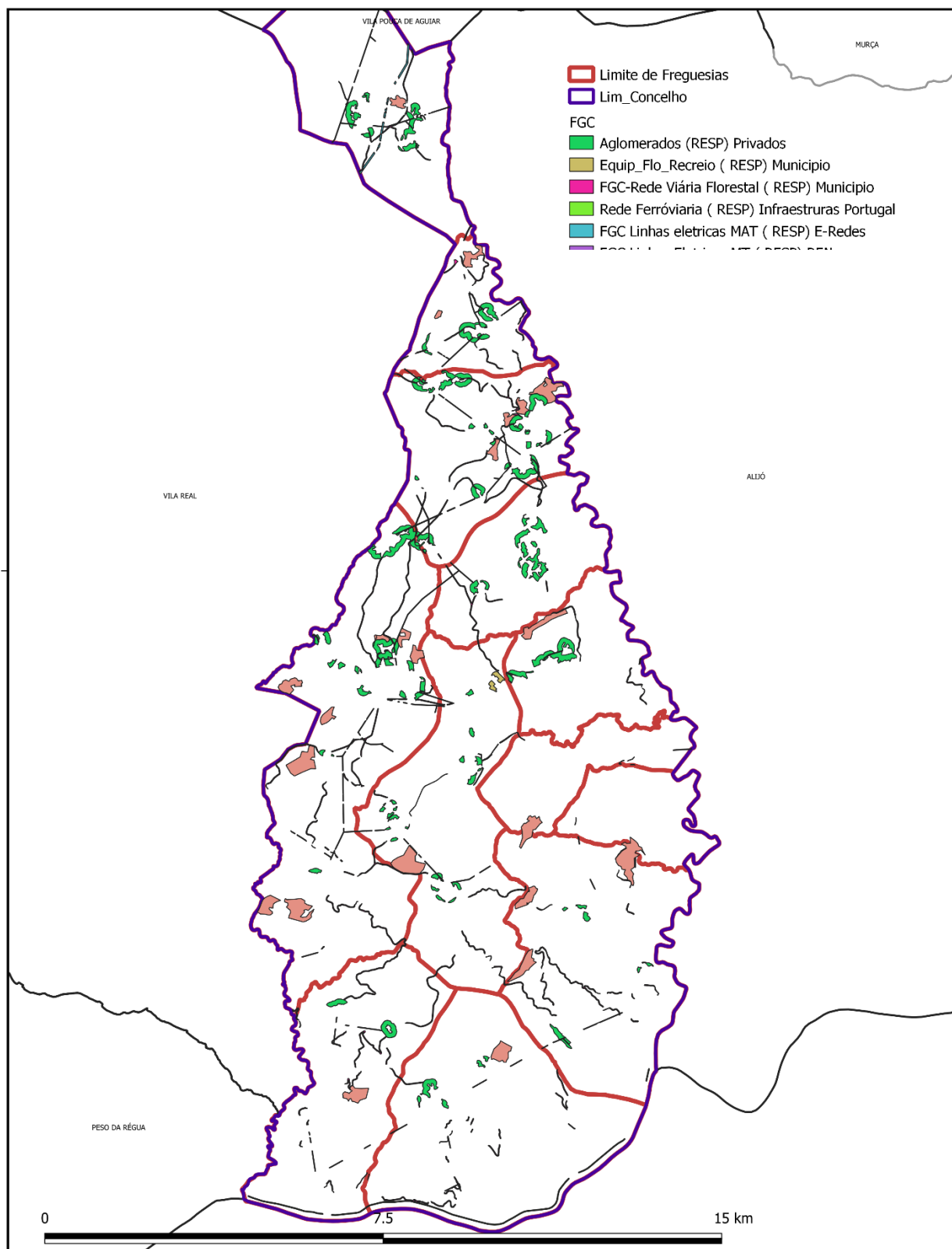




SABROSA
Município

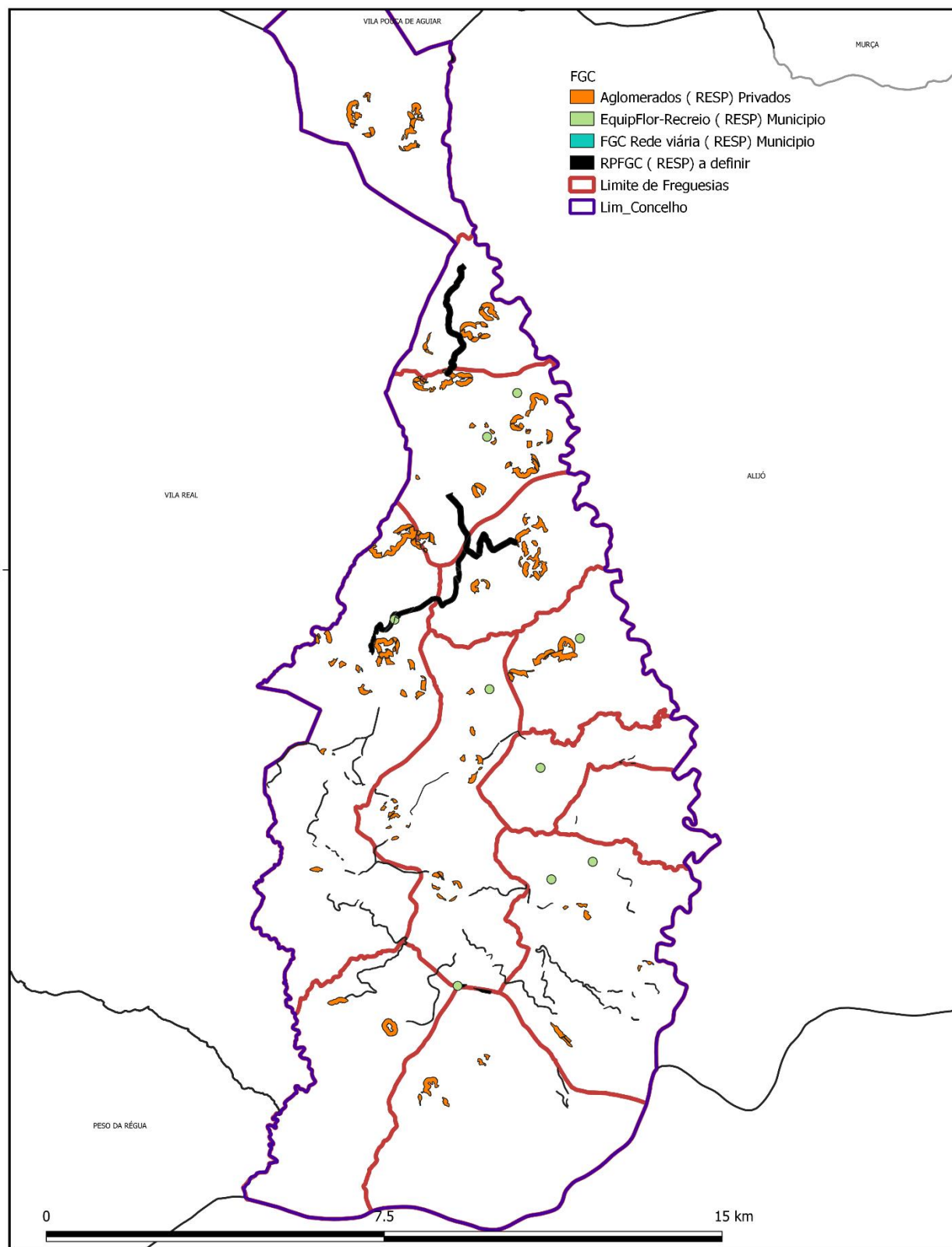
Terra de Fernão Magalhães

Rede de faixas de Gestão de Combustível 2023



CII 6 - Plano de ação 2023 - FGC, RVF, RPA

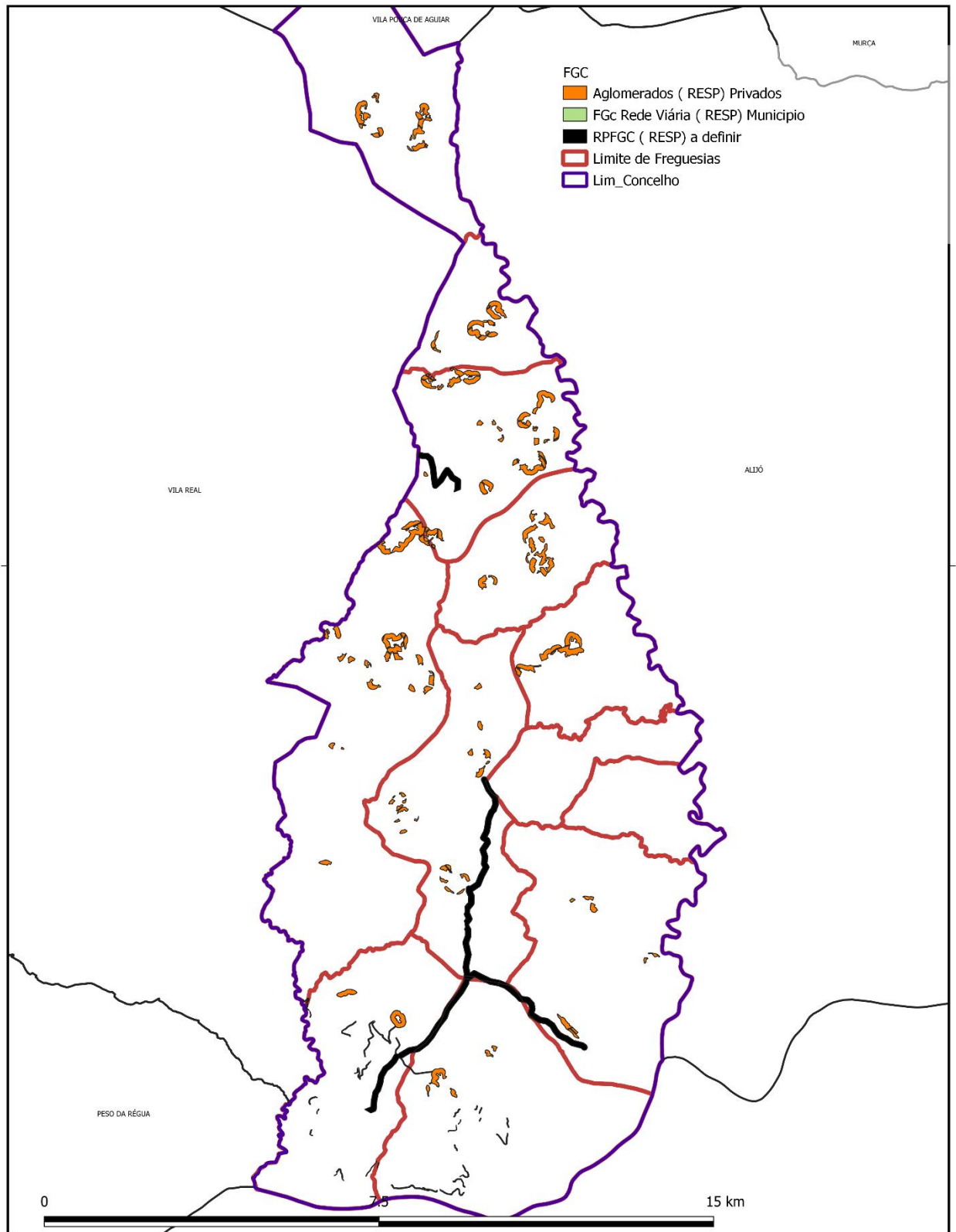
Rede de faixas de Gestão de Combustível 2024





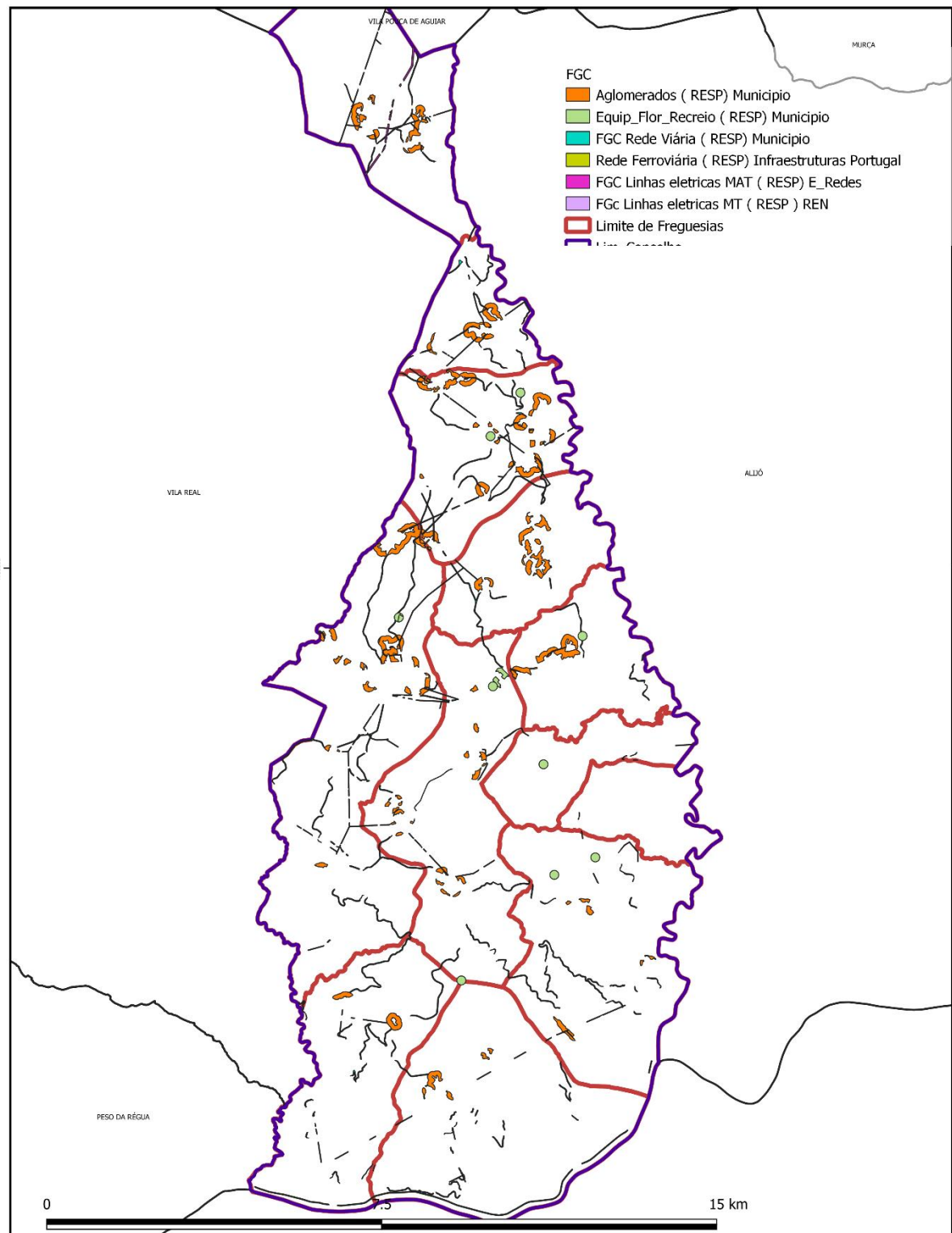
SABROSA
Município
Terra de Fernão Magalhães

Rede de faixas de Gestão de Combustível 2024



CII 8 - Plano de ação 2025 - FGC, RVF, RPA

Rede de faixas de Gestão de Combustível 2026

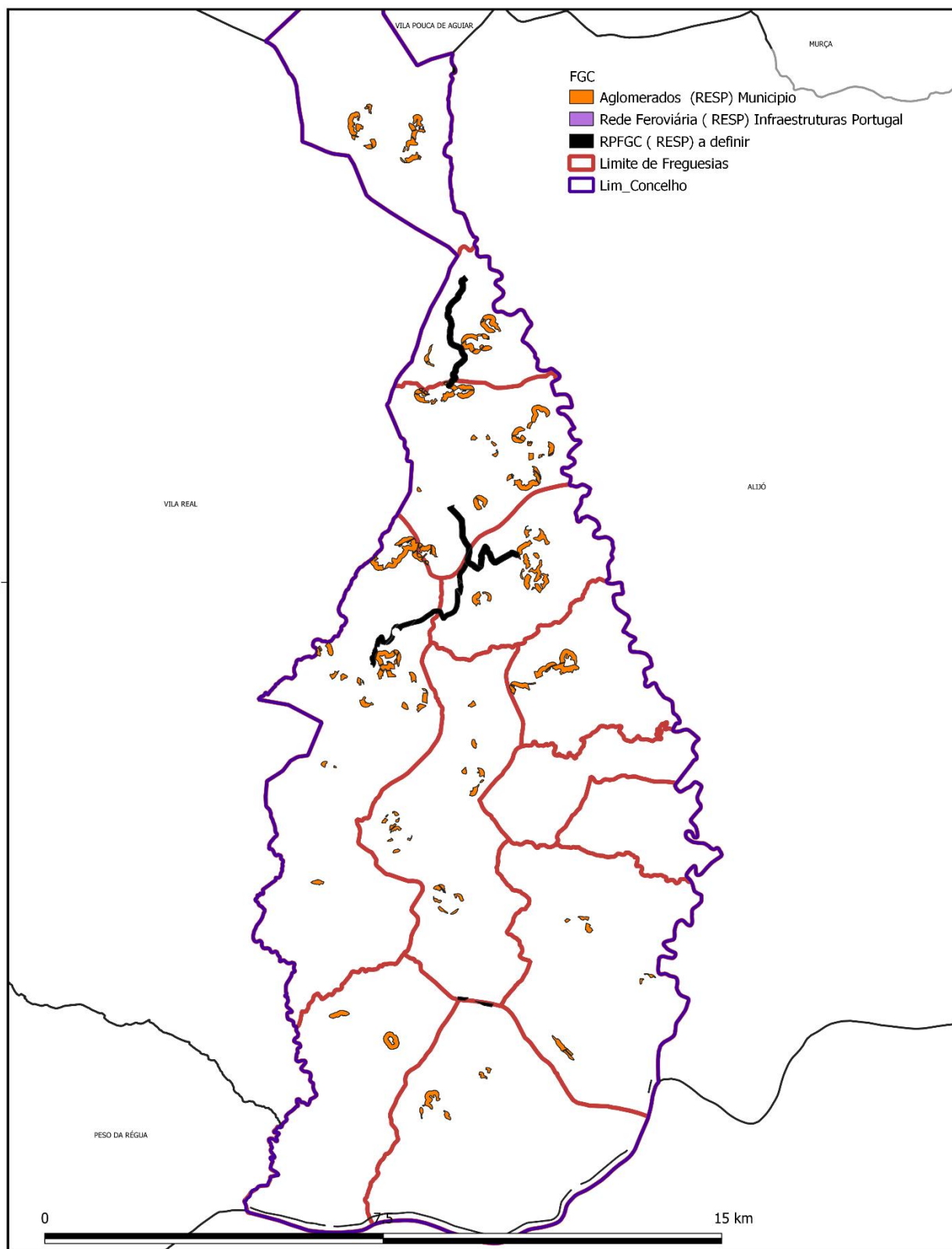


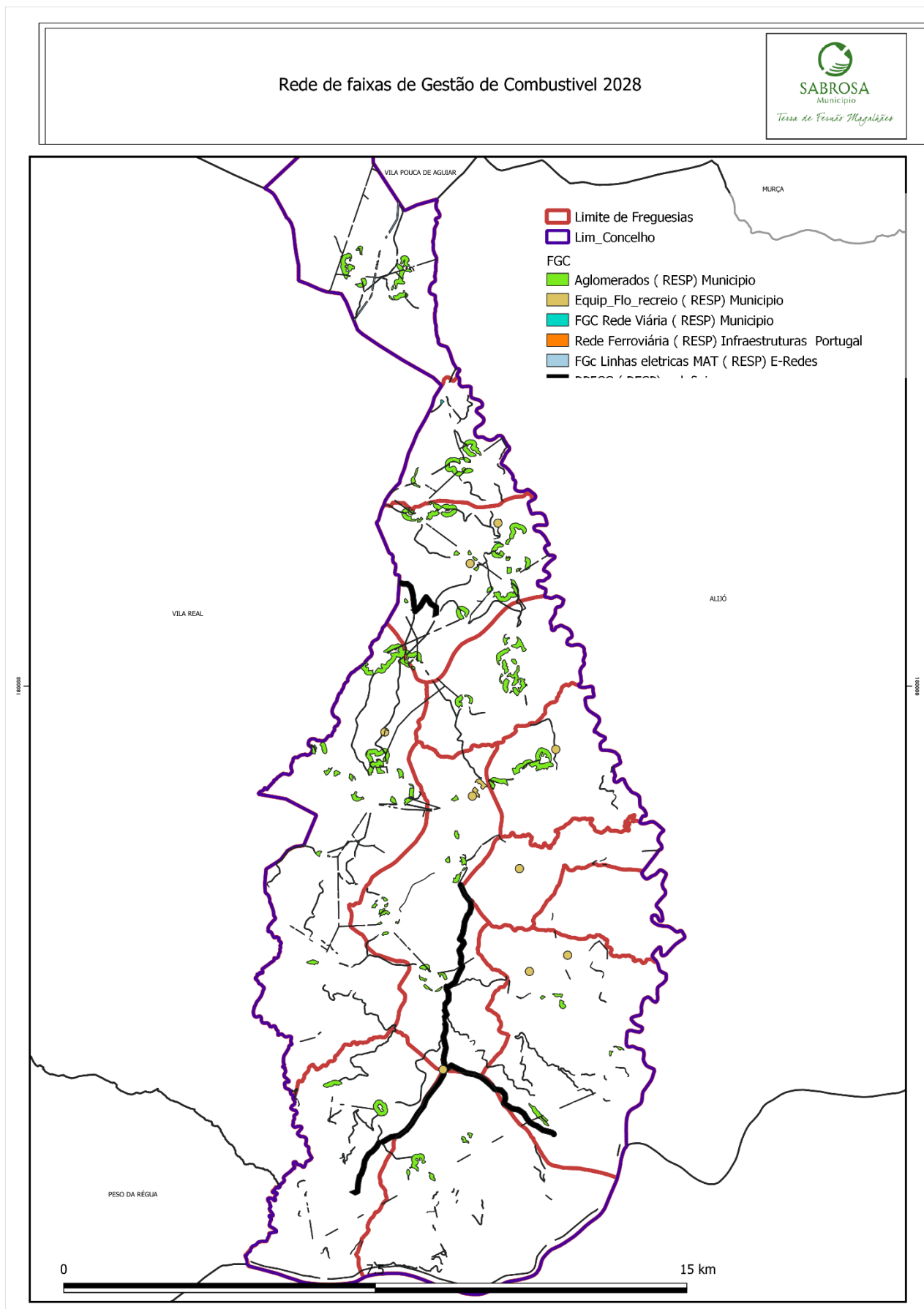
CII 9 - Plano de ação 2026 - FGC, RVF, RPA



SABROSA
Município
Terra de Fervor Magalhães

Rede de faixas de Gestão de Combustível 2027



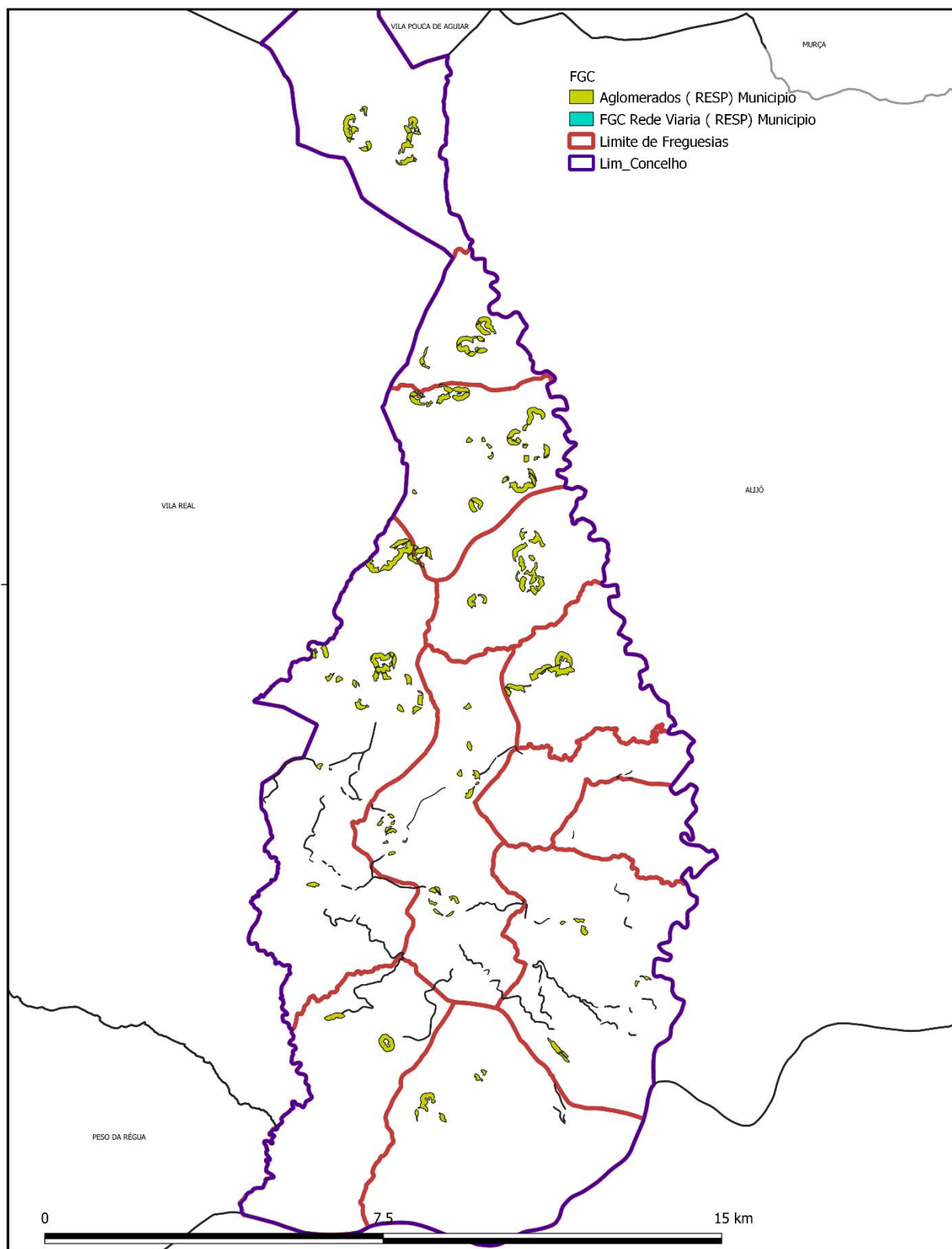


CII 11 - Plano de ação 2028 - FGC, RVF, RPA



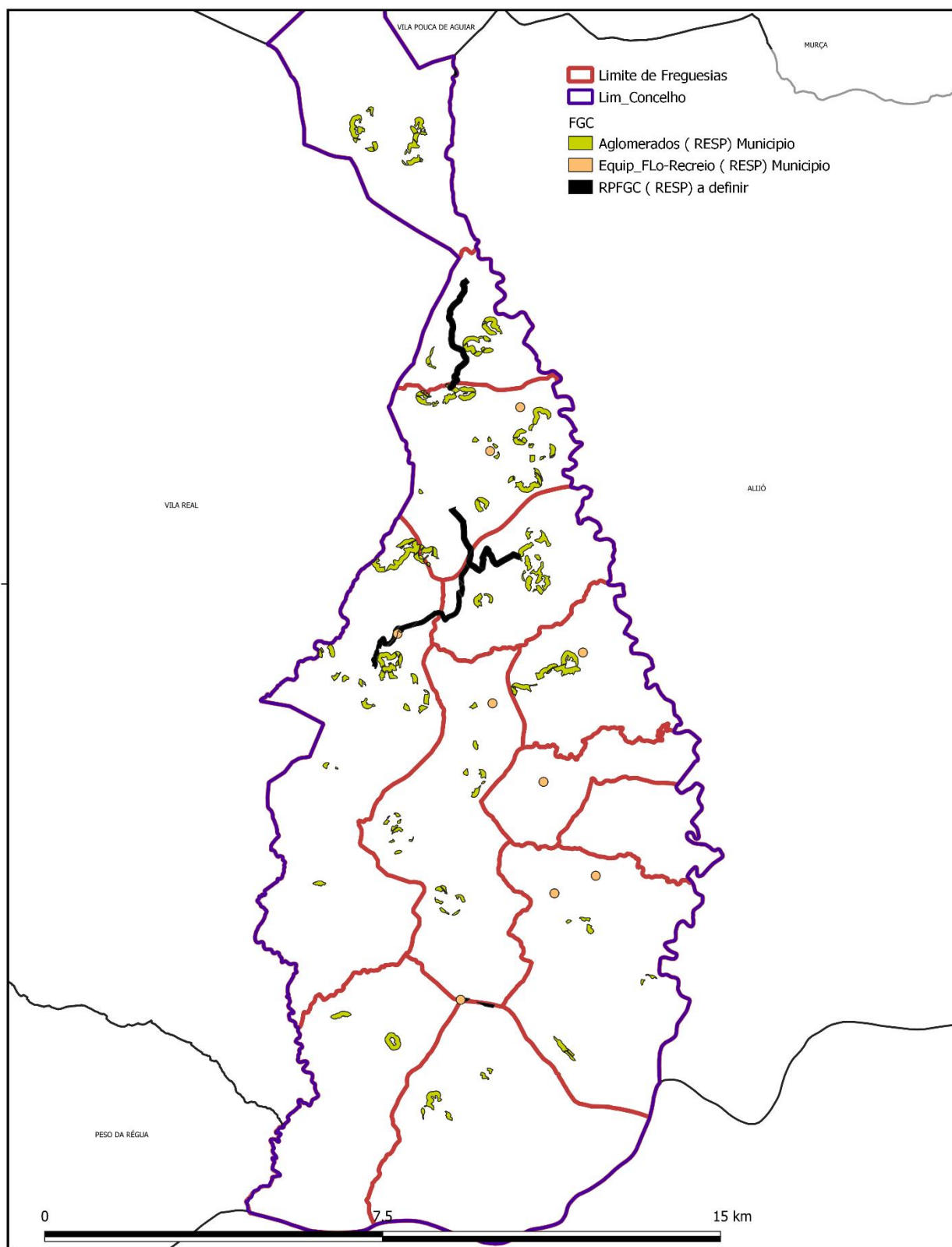
SABROSA
Município
Terra de Fernão Magalhães

Rede de faixas de Gestão de Combustível 2029



CII 12 - Plano de ação 2029 - FGC, RVF, RPA

Rede de faixas de Gestão de Combustível 2030



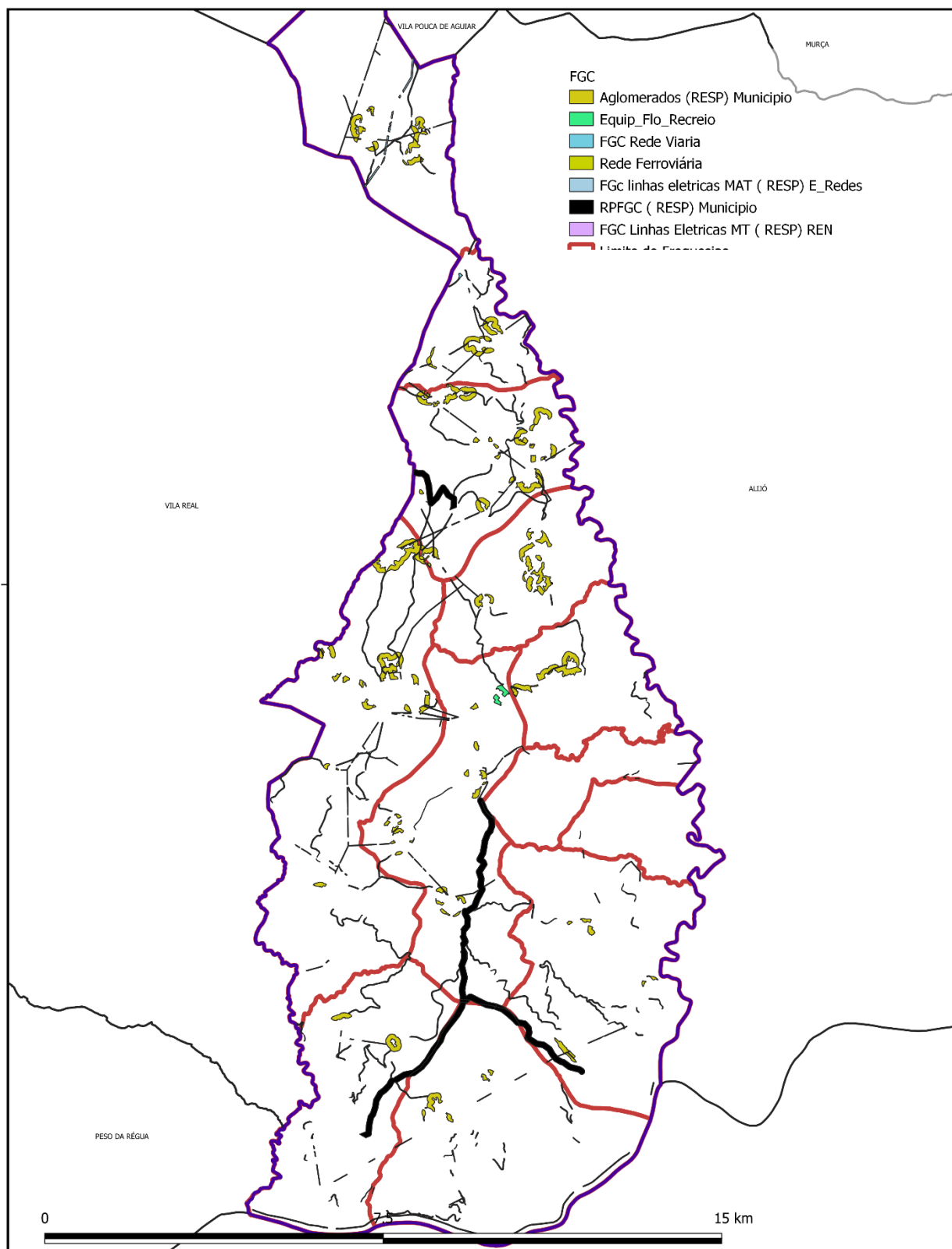
CII 13 - Plano de ação 2030 - FGC, RVF, RPA



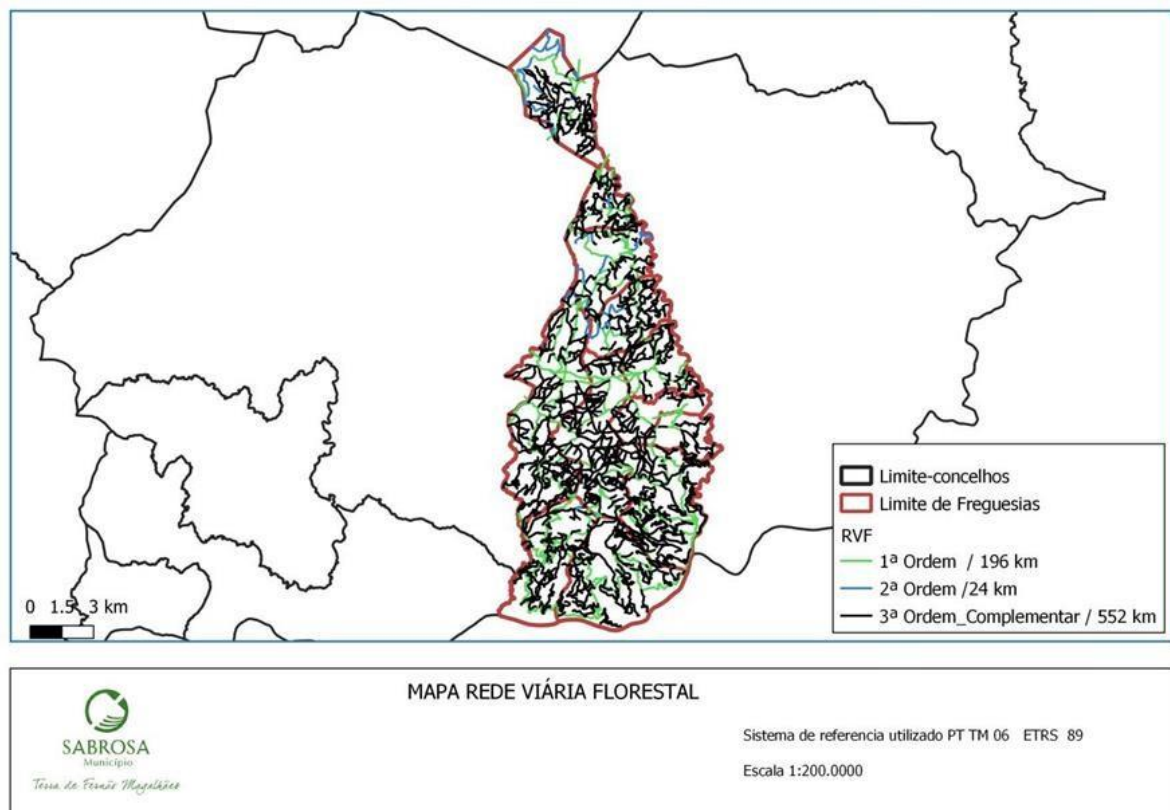
SABROSA
Município

Terra de Fernão Magalhães

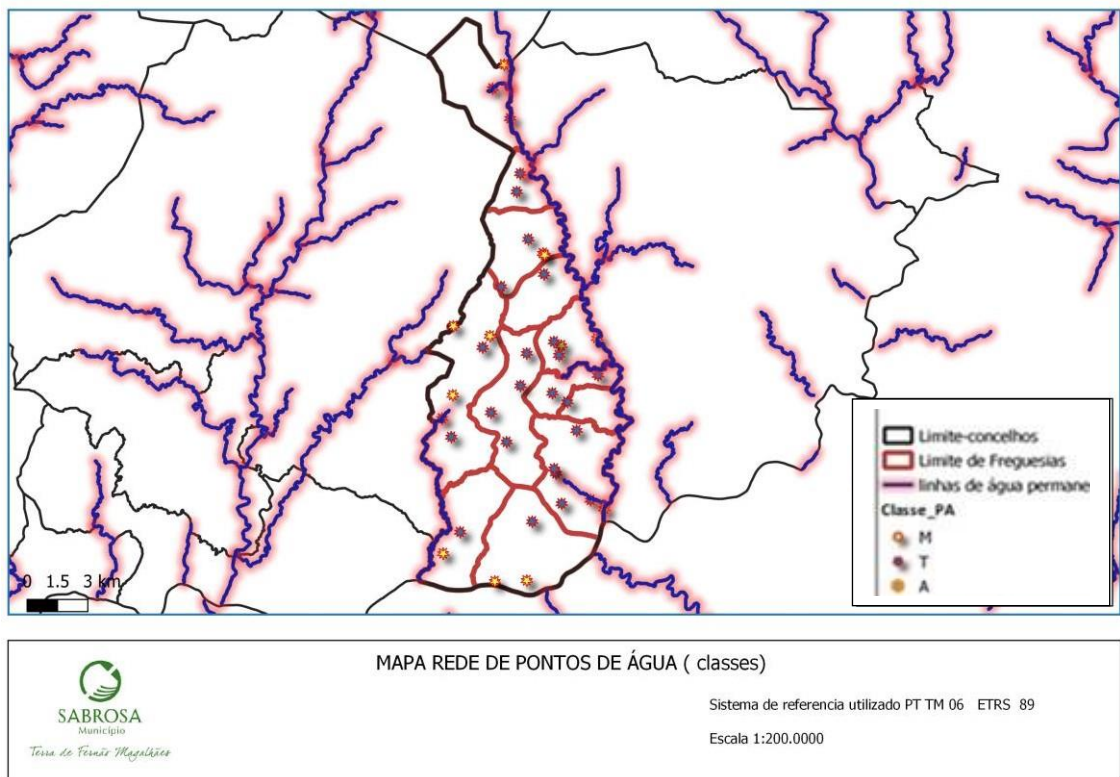
Rede de faixas de Gestão de Combustível 2031



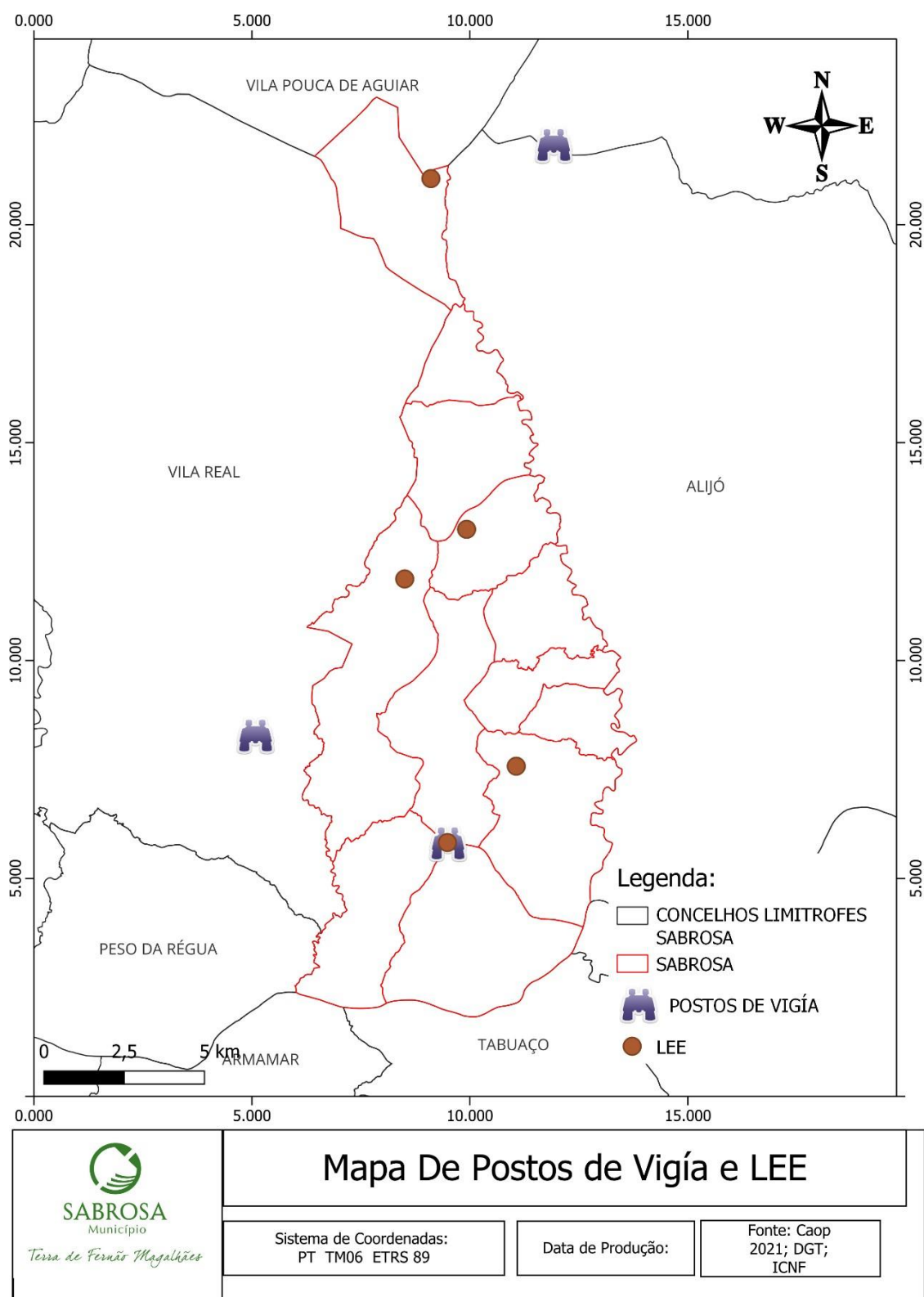
CII 14 - Plano de ação 2031 - FGC, RVF, RPA



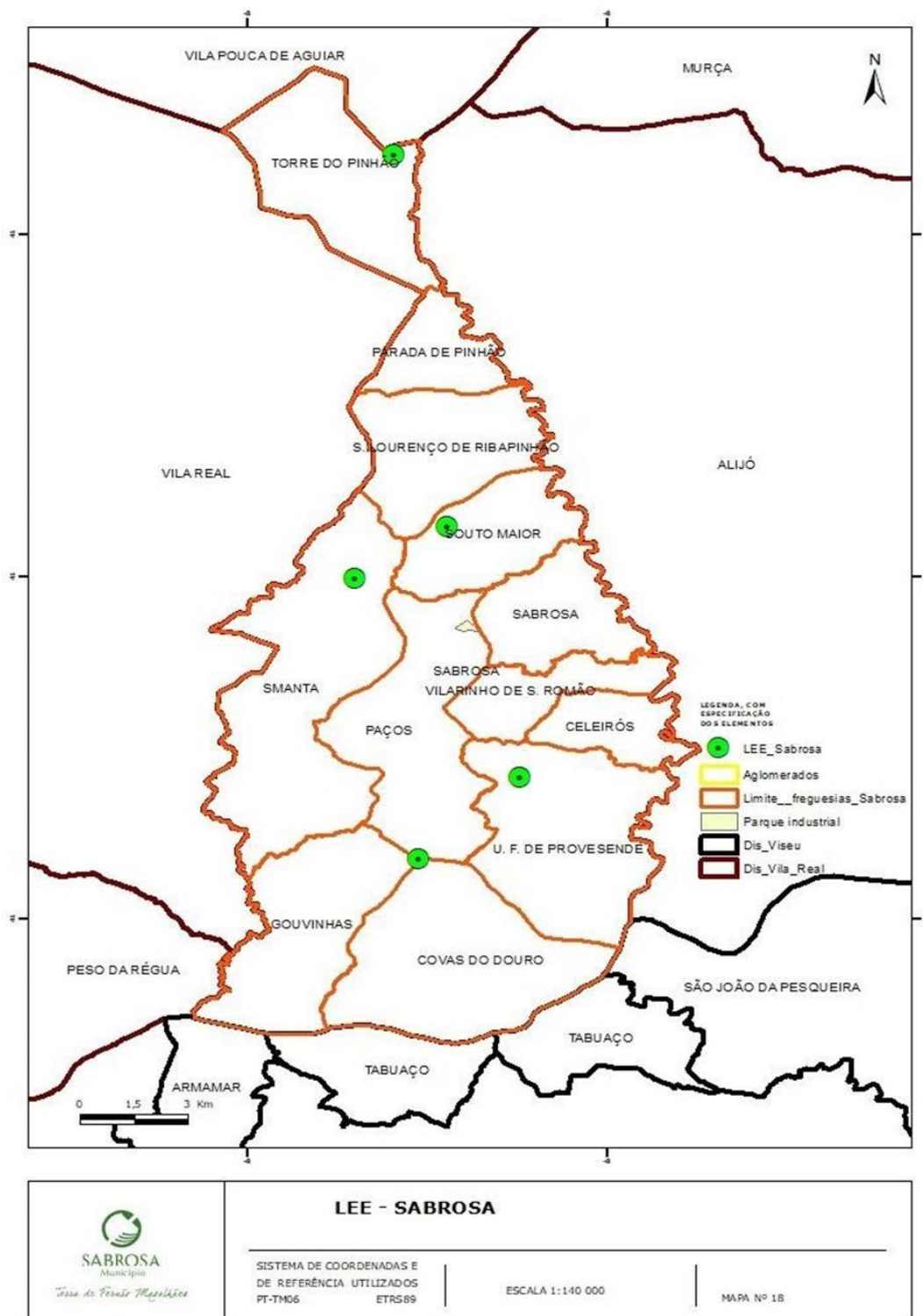
CII 15 - Rede viária florestal



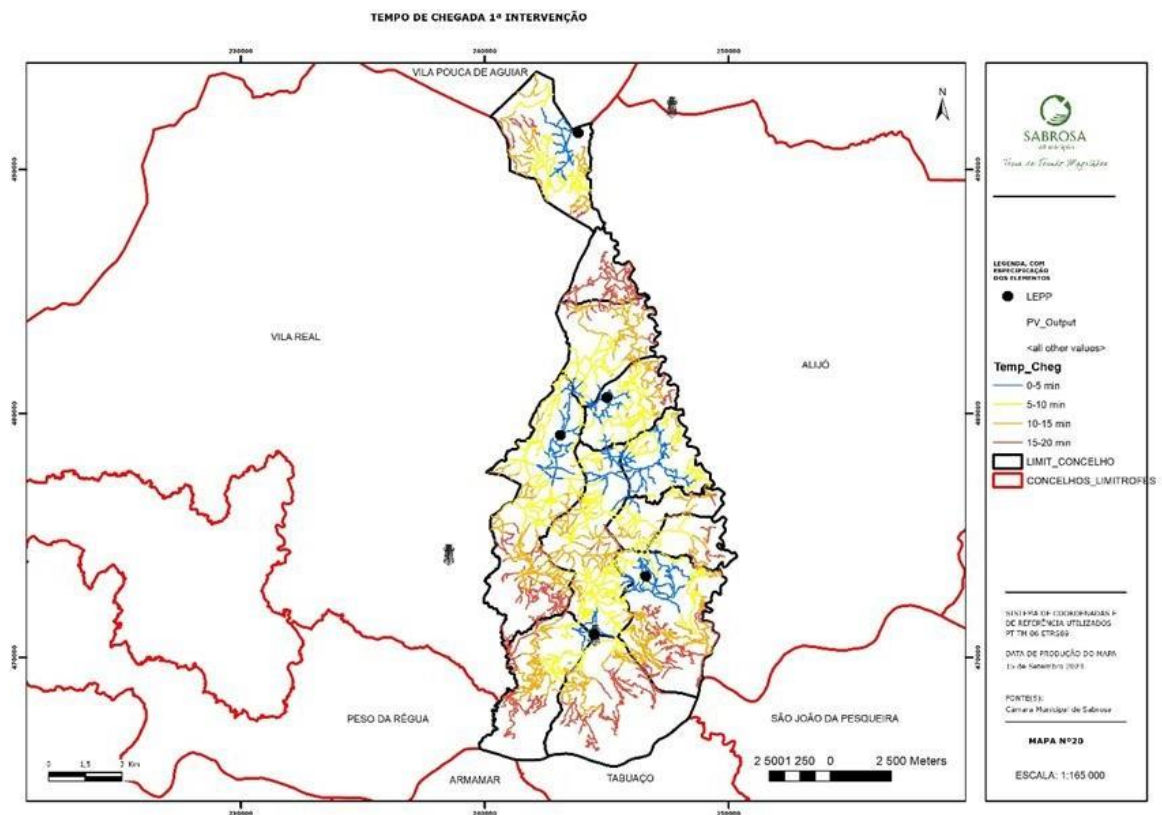
CII 16 - Pontos de água



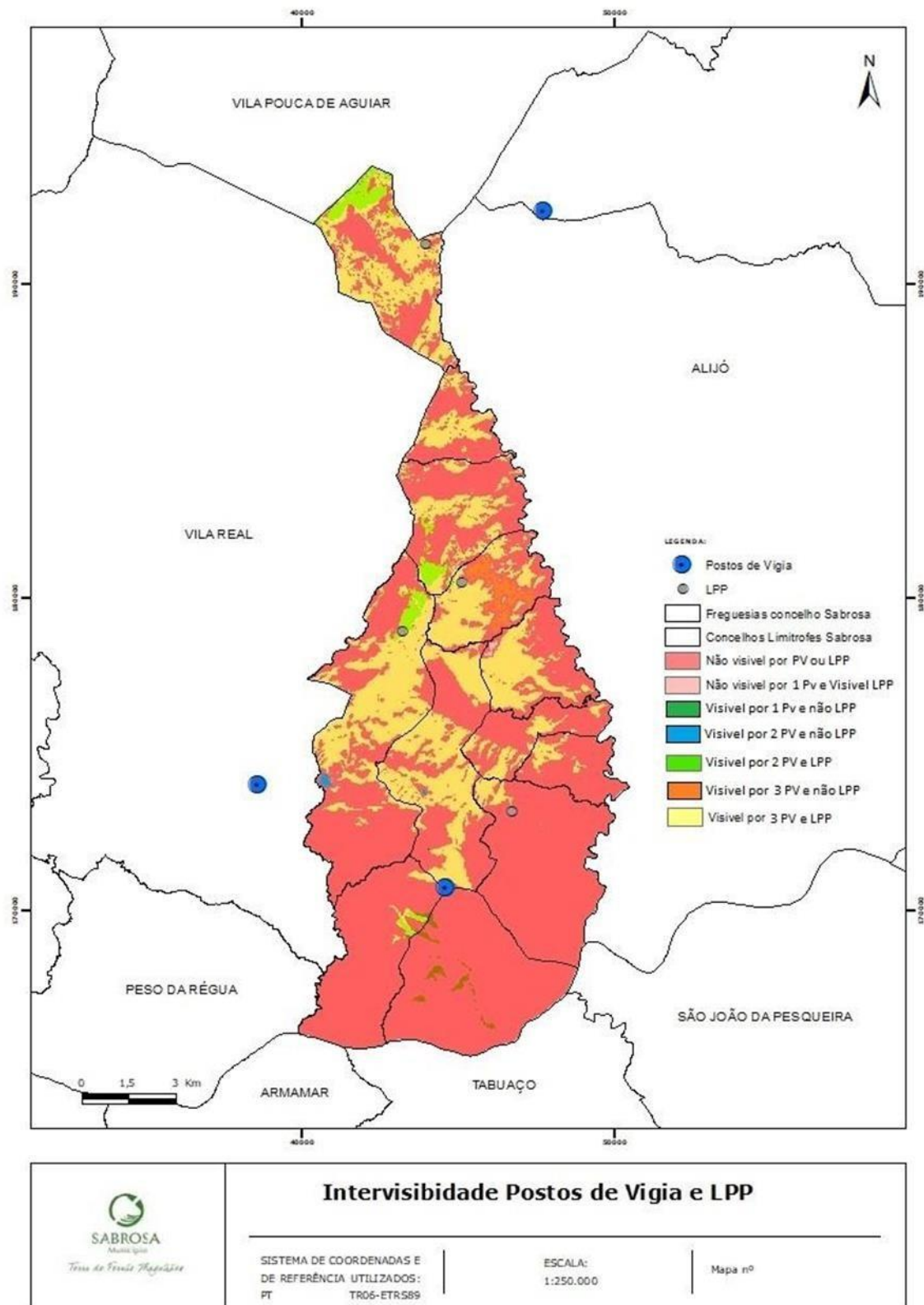
CII 17 - Mapa Intervisibilidade de Pontos de Vigia e LEE



CII 18 - Lee - Sabrosa



CII 19 - Tempo de chegada 1ª intervenção



CII 20 - Intervisibilidade Posto de Vigia e LPP